

**Pós Graduação em
Desenvolvimento Sustentável**

**IDENTIDADE TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO SOCIAL:
Reserva Cazumbá-Iracema no município de Sena Madureira/Acre**

Julliana Paula Miranda

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF: Agosto/2006



**Universidade de Brasília - Unb
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

**IDENTIDADE TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO SOCIAL:
Reserva Cazumbá-Iracema no município de Sena Madureira/Acre**

Julliana Paula Miranda

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de Concentração em Política em Gestão Ambiental, opção Acadêmica.

Aprovado por:

José Aroudo Mota, Dr.,
(Universidade de Brasília/CDS)
(Orientador)

Magda Eva Soares de Faria Wehrmann, Dr^a
(Universidade de Brasília)
(Examinador Interno)

Suzi Huff Theodoro, Dr^a
(Universidade de Brasília)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 22 de Agosto de 2006

JULLIANA PAULA MIRANDA

Identidade Territorial e Organização Social: Reserva Cazumbá-Iracema no município de Sena Madureira/Acre,p., 297 mm, (UnB-CDS, Mestre, em Política Gestão Ambiental, 2006)

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

1. Identidade Territorial

2. Organização Social

3. Reserva Extrativista

4. Identidade e Território

I. UnB-CDS

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

Julliana Paula Miranda

Aos meus pais Laurinda de Oliveira Miranda e Vanderlei de Jesus Miranda pelo companheirismo de todas as horas, aos meus irmãos Paulo Rogério e Wander Paulo, pela compreensão e amizade, aos amigos de hoje e de sempre em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A lista dos amigos, sempre muito solidários e companheiros em muitos momentos de. minha caminhada, é bem extensa.

À Cecília Bastos que tem uma contribuição crucial na realização deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado da turma de 2004 pela troca de experiências tão ricas, em especial: Beth, Bruno, Cecília, Cristiano, David, Inês, Neusa, Patrícia e Reginaldo.

Aos meus companheiros e companheiras de trabalho: Cleide, Delman, Erlando Fábio, Renata, Socorro e Tânia, pelo constante incentivo.

Aos amigos acreanos, peças fundamentais na construção do meu eu acreano: Gleyson, Marcos, Maday, Solange Lins, Jovelana, Janete e tantos outros queridos amigos do Acre.

Aos amigos de toda parte que Brasília nos fez encontrar;

À Luz Maior do Universo...

Aos mestres que ajudaram a evoluir: Professor Louis Ricci e Professor Elder Andrade de Paula.

Aos professores do CDS: José Aroudo Mota, Suzi Theodoro, Magda Wehrmann e Laís Mourão e Doris Sayago pela compreensão e orientações preciosas.

À minha família pelo apoio em todos os momentos desta caminhada

À minha amiga de sempre Dakel pela torcida em todos os momentos de minha vida.

Aos professores da vida em todas as instâncias...

Ao senador Siba Machado, que compreendeu e me apoiou no momento mais importante da construção desse trabalho.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre a criação da Reserva Extrativista Cazumbá Iracema no município de Sena Madureira/AC. O estudo é um exercício de compreensão da construção da identidade e da territorialidade a partir da organização de uma comunidade inserida numa unidade de conservação no estado do Acre. O objetivo principal é compreender a dinâmica da organização da comunidade Cazumbá, a partir da sua identidade territorial para a criação e implementação da Reserva Extrativista. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram compostos por pesquisa documental em arquivos de órgãos públicos. A coleta de dados em diversos arquivos serviu para adquirir informações sobre a descrição da área de estudo em seus aspectos socioambientais, econômicos, territoriais. Como base conceitual utilizou-se os conceitos de identidade, território e organização social, considerando-se que esses conceitos se fundamentam numa construção histórica coletiva de um sentimento que os indivíduos nutrem e que expressa o pertencimento a uma procedência comum. Portanto, este estudo justifica-se na necessidade de compreensão das formas a partir das quais as comunidades se mobilizam em prol da luta pelo direito de permanecer em seu território, eivado de significados e símbolos que historicamente foram inscritos no seu modo de vida e de sobrevivência e na sua forma de organização. Como conclusão destaca-se a importância das organizações sociais locais para a manutenção e fortalecimento da identidade do território das populações que residem em Reservas Extrativistas na Amazônia.

Palavras-Chave: Organização Social; Reserva Extrativista; Identidade e Território.

ABSTRACT

This academic work shows a research about the creation of the Extrativists Reserve Cozumbá Iracema located in the municipality of Sena Madureira, in Acre. This research is an exercise of comprehension of the identity construction and the territoriality since the organization of a community organization insert in a conservation unity in the state of Acre. The main objective is to comprehend how is organized the Extrativists Reserve. The methodological tools used in the research were composed by documental research in archives of public institutions. The claim data in many archives was able to have information about the description of the study area in socio-environment, economics and territorial aspects. In a conceptual base, it was utilized the concepts of identity, territory and social organization, considering that these concepts build themselves in a historical group construction of a feeling that the subjects have and that express a belonging to a common origin. By the way, this research justify itself because of the necessity of comprehension forms where the communities mobilize themselves to fight by the direct of stay in its territory, infected of signs that were historical written in their way of life and survival. As a conclusion, it's important to point out the importance of the social organizations to maintain e to make stronger the territory identity of the population who live in the Extrativists Reserves in the Amazon Forest.

Key-words: Social Organization; Extrativist Reserve, Identity e Territory.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE SIGLAS	
INTRODUÇÃO	1
1. CONCEPÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA	10
1.1 Áreas Indígenas	10
1.2 Unidades de Conservação	14
2 DOS SERINGAIS À RESERVAS EXTRATIVISTAS	24
2.1 A Ocupação do território acreano e construção do espaço de lutas dos seringueiros	24
2.1.1 A Expansão da Fronteira Agrícola e o Aumento das Tensões Sociais no Campo	26
2.1.2 A Organização dos Trabalhadores Rurais e a Proposta de Criação de RESEX's no Acre	28
3. CONTEXTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA RESEX CAZUMBÁ-IRACEMA	35
3.1 Reserva Cazumbá-Iracema	36
3.1.1 Localização	36
3.1.2 Histórico de criação	38
3.1.3 Situação Fundiária	41
3.1.3.1 <i>Os Jaminawas e a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema</i>	43
3.1.4 Ocupação do Solo	43
3.1.5 Aspectos sócio-culturais	44
3.1.5.1 <i>Educação</i>	45
3.1.5.2 <i>Saúde</i>	46
3.1.5.3 <i>Saneamento Básico</i>	47
3.1.5.4 <i>Hábitos alimentares</i>	48
3.1.5.5 <i>Condições de transporte</i>	48
3.1.5.6 <i>Energia</i>	50
3.1.5.6 <i>Meios de comunicação</i>	50
3.1.5.7 <i>Organização social</i>	51
3.1.5.8 <i>Religião</i>	52
3.1.6 Aspectos Econômicos	53
3.1.6.1 <i>Extratativismo Vegetal</i>	53
3.1.6.2 <i>Extratativismo animal</i>	57
3.1.6.3 <i>Agricultura</i>	58
4 ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE CAZUMBÁ: Identidade e territorialidade	60
4.1 Construção da Identidade Territorial da Comunidade	60
4.2 Organização da Comunidade	62
4.3 Extrativismo entre Conservação e Desenvolvimento	69
CONCLUSÕES	74
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS	81

LISTA DE FIGURAS

Foto 1: Rio Caeté.	38
Foto 2: Vista da Comunidade do Cazumbá.	39
Foto 3: Habitações típicas dos moradores da Unidade.	39
Foto 4: Reunião com a comunidade.	40
Foto 5: Detalhe de uma colocação de seringueiros.	44
Foto 6: Escola Municipal.	45
Foto 7: Construção de uma escola comunitária.	45
Foto 8: Posto de Saúde.	46
Foto 9: Vista do Reservatório d'água que abastece a comunidade de Cazumbá.	47
Foto 10: Habitações típicas dos moradores da Unidade.	48
Foto 11: Embarcações típicas de uso dos moradores.	49
Foto 12: Detalhe da ponte sobre o rio Caeté, na estrada de acesso, destruída durante a cheia do rio.	49
Foto 13: Extração do látex.	54
Foto 14: Aspecto de uma seringueira em fase de sangria (<i>Hevea brasiliensis</i>).	54
Foto 15: Produtos artesanais de borracha feitos por pessoas da comunidade.	55
Foto 16: Capacitação para produção de artesanato em borracha.	56
Foto 17: Castanha do Brasil coletadas na Resex Cazumbá.	56
Foto 18: Animais silvestres manejados na Resex.	57
Foto 19: Aspecto de capoeiras em áreas utilizadas para agricultura.	58
Foto 20: Casa de fabricação de farinha.	59

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –TERRAS INDÍGENAS DO ACRE.	12
QUADRO 2 – PROJETO AGRO-EXTRATIVISTA – PAE	22
QUADRO – RESERVAS EXTRATIVISTAS – RESEX NO ACRE	33

LISTA DE SIGLAS

(APA) Área de Proteção Ambiental
(AI) Áreas Indígenas
(ASSC) Associações dos Seringueiros Seringal Cazumbá
(BASA) Banco da Amazônia S.A
(BANACRE) Banco do Estado do Acre
(CUT) Central Única dos Trabalhadores
(CEB's) Comunidades Eclesiais de Base
(CONTAG) Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
(CNS) Conselho Nacional dos Seringueiros
(FAEAC) Federação da Agricultura do Estado do Acre
(FUNTAC) Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
(FUNAI) Fundação Nacional do Índio
(FUNATURA) Fundação para a Conservação da Natureza
(GFM) Grupo de Formação da Mulher
(IBAMA) Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
(IEA) Instituto de Estudos Amazônicos
(INCRA) Instituto Nacional de Reforma Agrária
(ISA) Instituto Socioambiental
(MMA) Ministério do Meio Ambiente
(PNMA) Programa Nacional do Meio Ambiente
(PP/G-7) Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
(PAE) Projeto Agro-Extrativista
(RECI) Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema
(Resex) Reservas Extrativistas

(SEPLANDS) Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável
(SPI) Serviço de Proteção dos Índios
(SNUC) Sistema Nacional de Unidades de Conservação
(SUDAM) Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
(UC's) Unidades de Conservação
(ZEE) Zoneamento Ecológico Econômico

INTRODUÇÃO

Durante séculos as políticas implantadas na Amazônia sempre foram pensadas segundo propostas que, mesmo objetivando as soluções para problemas da região, eram construídas a partir de perspectivas que não diziam respeito à realidade local. Durante a colonização, isso se configurou a partir de dois projetos geoestratégicos e econômicos: o projeto missionário que tinha como base a presença das Missões Religiosas e a política pombalina, sustentada na legislação civil do Diretório dos Índios. No século XIX, essa política voltou-se para a produção da borracha e da castanha, consolidando o poder dos coronéis. A partir da segunda metade do século XX, com os governos militares, as políticas econômicas serviram para formalizar a “integração nacional” da Amazônia, com a implantação dos grandes projetos, agropecuários e minerais e a mobilização da população de outros estados para ocupar os chamados “vazios demográficos” (BECKER, 2004). O resultado de todas essas políticas econômicas proporcionou de imediato um choque no mundo tradicional das comunidades locais.

Principalmente no século XX, esse choque resultou na superposição de duas lógicas que transformou a face socioeconômica regional: de um lado, os grandes projetos, com sua organização moderna potencializando o instrumental de domínio sobre a natureza, fruto do acelerado desenvolvimento das forças produtivas; e de outro, dada a incapacidade de integrar o contingente populacional no seu nível de produção, a exclusão de grande parte da população local (BRITO, 2001). Como exemplo desse processo, tem-se a ocupação do Oeste Amazônico, realizada por meio de um contínuo avanço das estruturas camponesas sobre áreas não desbravadas para a agricultura como solução para as tensões sociais internas do país. É o caso da abertura da fronteira agrícola na Amazônia com os projetos de assentamentos dirigidos nas décadas de 1970 e 1980.

O discurso de crescimento econômico e modernização levaram o Estado brasileiro a incentivar o projeto de integração nacional, a custo do intenso processo de reconstrução fundiária em todo o país: expulsão de lavradores, de extrativistas, de comunidades quilombolas e de índios de suas terras; degradação ambiental e intenso fluxo migratório. Em consonância com esse processo, na Amazônia, tem-se uma concepção de sociedade e de organização territorial que evidenciaram, na região, uma série de relações sociais, que iam da mais vil escravidão, passando pelo tradicional sistema de aviamento¹, até as relações

¹ O sistema de aviamento consistia na manutenção da dependência do seringueiro ao patrão seringalista, por meio do endividamento. Nesse sistema, não era permitido ao seringueiro plantar para sua subsistência, forçando o

assalariadas sem nenhuma das garantias previstas nas leis trabalhistas. Essas relações estabeleceram diversos conflitos, decorrentes do crescimento da pobreza e da pressão sobre os recursos naturais, aumentando o fluxo de matéria e energia, com sensíveis impactos negativos no meio ambiente.

Assim, associados aos conflitos sociais, as políticas de desenvolvimento para a Amazônia trouxeram impactos socioeconômicos e ambientais: como conflitos de terra (entre fazendeiros, posseiros, seringueiros e índios), deflorestamento desenfreado pela abertura de estradas, exploração da madeira seguida de expansão agropecuária e intensa mobilidade espacial da população.

O esgotamento da política de desenvolvimento para a Amazônia, a partir de meados da década de 1980, mostrou um descompasso entre o ritmo dos processos naturais, sociais e econômicos. Brito (2001: 197) afirma que como resultado da tentativa de implantação de um outro ordenamento social, intensificou-se a desagregação social, com o rompimento extraordinariamente rápido de culturas tradicionais, que deu origem a uma configuração social fragmentada e a um largo fosso separando os que se encaixaram nessa nova estrutura e os que permaneceram à sua margem.

O aprofundamento dessas tensões, aliadas ao processo de globalização - da crise do modelo de desenvolvimento - levantou a questão do ajuste institucional com vista ao desenvolvimento sustentável².

Esse novo modelo preponderante, entre as décadas de 1980 a 1990, contou com a resistência social, somada à pressão ambientalista internacional e nacional, gerando o que Becker (2004) define de “vetor tecno-ecológico” que configurou na Amazônia uma fronteira socioambiental. A autora define essa nova fronteira como aquela que reproduz o modelo de desenvolvimento endógeno, voltado para uma visão interna da região e para os habitantes locais. Nesse período, as demandas provocadas por diversos conflitos foram organizadas em diferentes projetos de desenvolvimento alternativos e conservacionistas que mobilizaram diversos organismos: Organizações Não Governamentais, organizações religiosas, agências de desenvolvimento, partidos políticos e governos. Diz Becker “Trata-se de novas

seringueiro adquirir alimentos oferecidos pelos patrões, gerando uma conta que o seringueiro esta sempre devendo ao patrão.

² O discurso do modelo de desenvolvimento sustentável visava oferecer a perspectiva de uma sociedade que política, econômica e culturalmente se engajasse na luta contra o crescimento desestruturado da economia, dando suporte à sustentabilidade, para fazer frente à complexa relação entre o sistema de produção social e o ritmo de reprodução da natureza, buscando meios de diminuir os impactos decorrentes do sistema produtivo e distributivo (BRITO, 2001).

territorialidades que resistem à exploração de experimentos associados à bio-sociodiversidade” (Op.cit: 28).

Isso provocou uma mudança na estrutura da sociedade regional, expressa na organização da sociedade civil e no despertar da região para as conquistas da cidadania. Essas transformações representam uma nova forma de apropriação do território por grupos sociais. Dessa forma, a ação combinada de processos globais, nacionais e regionais e políticas contraditórias – ambiental e de desenvolvimento – alteram o povoamento da região, expressando-se territorialmente.

O dilema entre desenvolver economicamente a região sem prejuízos ambientais entrou na pauta de discussão dos organismos internacionais, a partir das décadas de 1970 e 1980, quando o mundo passou a se preocupar com a preservação do meio ambiente. Levando-se em consideração que a Amazônia possui a maior biodiversidade do planeta, essa região tornou-se alvo de grande preocupação de órgãos ambientais com objetivo de se encontrar alternativas quanto ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis na Amazônia. Uma delas foi a criação de reservas extrativistas (Resex's) que procurava conciliar interesse de conservação com desenvolvimento social. Em 1990 foi criada a primeira reserva extrativista, a Resex do Alto Juruá no estado do Acre pelo decreto de criação 98.863 de 23 de janeiro. O efeito simbólico da criação dessa primeira Resex no estado do Acre é também parte da concretização do ideal de Chico Mendes³ quanto à posse comunal do território e de seus recursos por parte dos seringueiros, caboclos e comunidades indígenas.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc⁴, a Reserva Extrativista é uma modalidade de unidade de conservação de uso sustentável, definida como espaços territoriais utilizados por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura familiar e na criação de animais de pequeno porte. Ela tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Existem duas modalidades de Reservas Extrativistas previstas no Snuc: da Amazônia e Marinhas.

A partir do Snuc aumentaram-se a quantidade de reservas extrativistas criadas na Amazônia. Nessa época, a criação de uma reserva em especial chama a atenção por apresentar

³ Líder seringueiro que ficou conhecido internacionalmente pela luta travada contra o desmatamento das florestas para criação de gado, Chico Mendes defendeu a criação de unidades de produção baseadas nas reservas indígenas para sobrevivência dos povos da floresta. Foi assassinado em 22 de dezembro de 1988 em Xapuri (na sua casa) Estado do Acre.

⁴ O SNUC foi criado em 2000 pela Lei 9885, de 18 de julho.

um contexto de criação diferenciado: a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (Reci) que abrange os municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano, no estado do Acre. A história da população que compõe a Reserva tem uma particularidade quanto à forma de sua organização. A comunidade Cazumbá já habitava o território destinado à reserva, praticando o extrativismo da borracha e da castanha. Por isso, diferentemente dos demais camponeses ela não lutava por reforma agrária, principal motivação dos movimentos rurais na Amazônia a partir da segunda metade do século XX, apesar de a área onde hoje é a reserva Cazumbá-Iracema fazer parte dos planos da Reforma Agrária do Governo Federal. Porém, a identidade da comunidade com seu lugar e com as atividades extrativistas possibilitou a reivindicação deste espaço como Reserva Extrativista nos moldes previstos pelo Snuc. Os moradores, em torno da manutenção do seu espaço já construído desde o século XIX, buscaram apoio a partir de parceiros externos: o Ibama, as organizações não governamentais, o governo estadual e os sindicatos ligados aos seringueiros⁵. A história da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, portanto, é fruto da sua identidade e da organização social demarcando sua territorialidade. É essa organização social que se constitui em objeto deste trabalho.

Existem poucas pesquisas sobre as Reservas Extrativistas que relacionem identidade e território na construção do processo de auto-gestão das comunidades acreanas. A importância, portanto, desta pesquisa sobre a Resex Cazumbá-Iracema (Reci) é destacar a organização dessa comunidade a partir da defesa de seu território e, portanto, de seu patrimônio cultural e ambiental.

A comunidade Cazumbá constituirá o estudo de caso que servirá como subsídio para as discussões da pesquisa, por ser ela o principal ente social da Resex Cazumbá-Iracema/AC. Neste sentido, será destacada a identidade da comunidade entrelaçada com a história do lugar – ou seja, com a sua territorialidade.

A marca da mobilização da comunidade foi pelo direito de permanecer em seu território, eivado de significados e símbolos que historicamente foram inscritos no seu modo de vida e de sobrevivência e na sua forma de organização.

A história de luta dos seringueiros, associada à participação social na gestão de unidades de conservação, tem sido fórum de debate não somente entre os teóricos do tema, mas tornou-se uma preocupação das comunidades da Resex.

Assim, a análise do tema da organização de uma comunidade extrativista coloca em evidência algumas dificuldades para operacionalizar o objeto de estudo, a escassez de

⁵ Segundo Henrique Leff (2001), atualmente, os movimentos sociais integram a defesa de seu estilo de vida e a defesa do meio ambiente como processo de reapropriação territorial e do patrimônio cultural.

experiências exitosas no estado do Acre que estejam diretamente relacionadas com o estudo de caso em questão, além do descompasso presente no tratamento da organização social e da questão cultural dos grupos sociais. Portanto, há necessidade de um estudo interdisciplinar que envolva as ciências humanas e naturais, ou seja, além da área ambiental, outras ciências como a sociologia, a história, a geografia e a antropologia tornam-se importantes na pesquisa.

A interdisciplinaridade permitirá destacar o envolvimento da comunidade no processo de criação e gestão de uma área natural protegida, dando ênfase aos desdobramentos decorrentes da participação da comunidade no processo de administração e manejo da unidade de conservação de uso sustentável.

Portanto, este estudo é um exercício de compreensão da construção da identidade e da territorialidade de uma comunidade inserida em uma unidade de conservação no estado acreano.

O objetivo principal, portanto, é compreender a dinâmica da organização da comunidade Cazumbá, a partir da sua identidade territorial para a criação e implementação da Reserva Extrativista.

Nessa direção, alguns objetivos específicos estão delineados abaixo:

a) apresentar o contexto histórico sobre a concretização da proposta de reserva extrativista como unidade de conservação e como resultado da luta de grupos sociais locais;

b) caracterizar o processo de criação da Reserva Cazumbá-Iracema, ressaltando a relevância da organização dos seringueiros.

c) analisar a constituição da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema em relação a construção da identidade territorial em face ao modelo de organização comunitária adotado pelos moradores.

Para realizar este estudo algumas ferramentas pertinentes ao ofício dos estudiosos das Ciências Sociais foram utilizadas. No sentido de analisar a organização social da Comunidade de Cazumbá na criação da Resex no estado acreano alguns procedimentos técnico-metodológicos para a sistematização das informações:

Primeiramente, a metodologia aplicada foi estabelecida a partir de consultas a bibliografia disponível, para definição dos pressupostos teóricos e dos conceitos norteadores sobre território e identidade. Esses pressupostos serão construídos, principalmente, levando-se em consideração a perspectiva teórica de Milton Santos, Raffestin e Rogério Haesbaert.

O entendimento do conceito de território, conforme a proposição de Raffestin (1993), diz respeito a um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Ou seja, o território se apóia no espaço,

mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Desta forma, Raffestin (1993:143-144) afirma que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço”. Baseando em Henri Lefébvre, Raffestin acrescenta que o mecanismo para passar do espaço ao território depende da produção de um espaço ou do espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam. Contudo, Raffestin (1993) firma que a construção do território não se restringe a um conjunto de relações de poder, nela deve-se incluir também a própria natureza econômica e simbólica do poder. É neste sentido que para Santos (2002) um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição.

Nesta direção, Santos (2002:10) afirma que o território não é apenas um conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, mas, sobretudo, o território

Tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

A definição de território diz respeito a uma territorialidade construída por práticas de apropriação do mundo resultado da relação entre espacialidade geográfica, organização ecológica e significação cultural, que se delineiam por meio de identidades culturais e da forma de apropriação da natureza.

Segundo Haesbaert (2004, p. 85), Raffestin considera “como ‘trunfos’ do poder a população, os recursos e o território”, pois não há território sem recursos e sem população. Essa concepção de territorialidade destaca o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significados. Nesse sentido Haesbaert (2004) acrescenta que o território é produto da apropriação de um dado segmento do espaço, por um dado segmento social, nele estabelecendo-se relações políticas de controle ou relações afetivas identitárias e de pertencimento, o que demarca a territorialidade. Ou seja, as noções de controle, de ordenamento e de gestão espacial, fundamentais no debate sobre o território, não se restringem apenas ao Estado, mas igualmente se vinculam às estratégias de distintos grupos sociais e das grandes corporações econômicas e financeiras. Portanto, o território deve ser apreendido como resultado da interação entre múltiplas dimensões sociais. (HAESBAERT, 2002).

O sentido relacional presente na definição do território a partir dos autores refere-se à incorporação, simultânea, do conjunto das relações sociais e de poder, e da relação complexa

entre processos sociais e espaço geográfico (entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido). Isso implica que consideremos que o significado do território não apenas se vincula as idéias de enraizamento, estabilidade, limite, fronteira, fixidez, mas também as idéias de movimento, de fluidez, de conexão. (HAESBAERT, 2002).

Portanto, conforme Bastos (2006), a territorialidade humana produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais que cada grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A territorialidade de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. Por isso a noção de territorialidade se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente - ao conhecimento ambiental do grupo e suas respectivas tecnologias.

Nessa perspectiva, a área da Resex Cazumbá é compreendida como território na medida em que os moradores dispensam trabalhos que, de alguma forma, modificam o estado natural do espaço. Assim, os limites entre espaço e território parecem estar no caráter natural e nas relações sociais e de trabalho, o que leva o espaço a “se territorializar”, ratificando tais limites, conforme apontam os autores anteriormente mencionados.

O território constitui-se mais pelas relações sociais projetadas no espaço do que pelos espaços concretos. Os limites estabelecidos são, sobretudo, as relações de interesses. Assim, a comunidade que produz e se reproduz na mesma terra dos antepassados seringueiros reafirma sua disposição de lutar pela preservação do território.

Assim, identidade e território se fundamentam numa construção histórica coletiva de um sentimento que os indivíduos nutrem e que expressa uma pertencimento a uma procedência comum.

Refletindo sobre a identidade dos moradores da comunidade Cazumbá, pode-se dizer que a identidade do grupo recai justamente em lembranças que os fazem encontrar uma organização social passada que, ao ser conduzida ao presente, alimenta o sentimento comum de pertencer ao mesmo grupo de seringueiros.

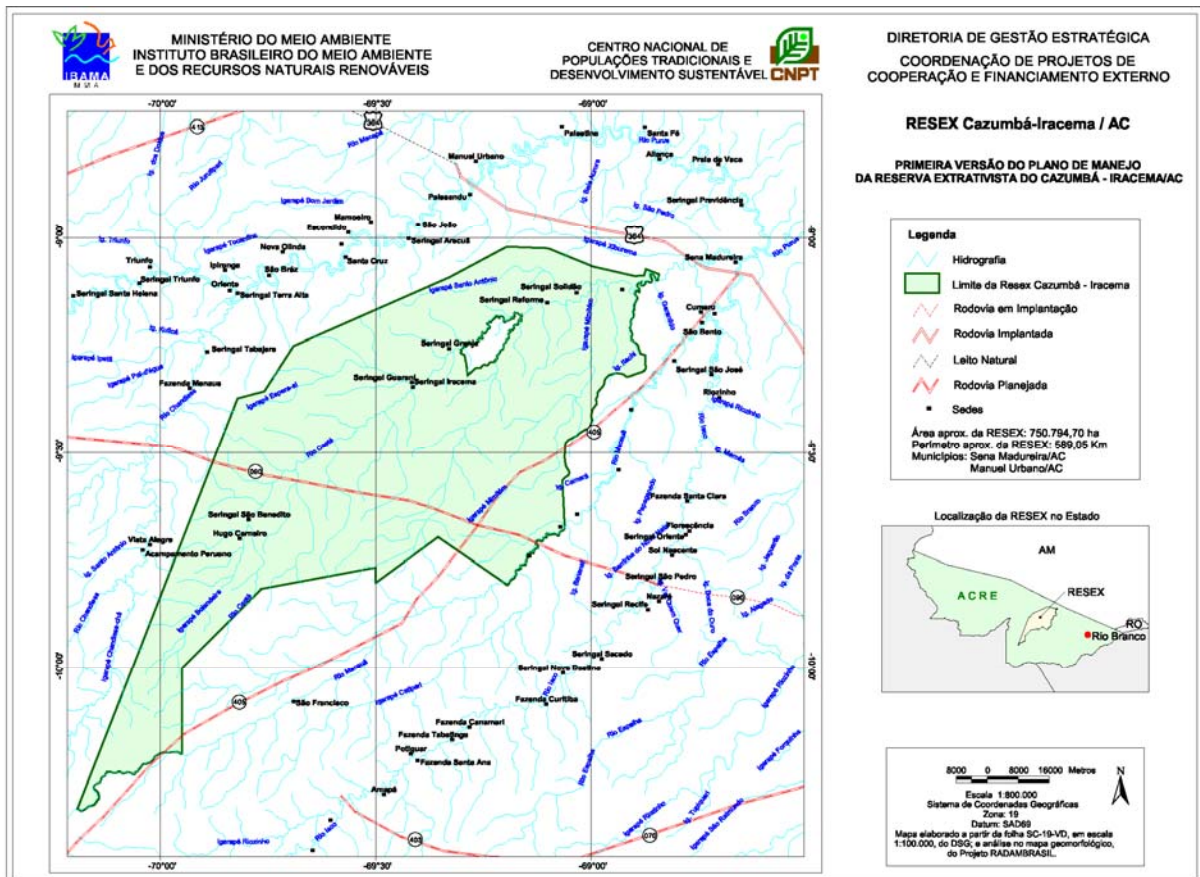
Paralelamente á discussão teórico-conceitual foi feita pesquisa documental em arquivos de diversas entidades como Ibama, Inbra, Instituto de Terras do Acre, sindicatos rurais, Conselho Nacional de Seringueiros. Nessas instituições destacam-se os documentos sobre o processo histórico de criação das áreas protegidas no Brasil e na Amazônia e a construção de Resex's dentro do espaço acreano. Assim, utilizando-se do Plano de Manejo, leis, decretos, ofícios, relatórios técnico-científicos, projetos, jornais, revistas, mapas, fotografias, procurar-

se-á caracterizar os aspectos histórico-geográficos, socioambientais e político-institucionais necessários para a análise da organização social da comunidade de Cazumbá no processo de implementação da Resex no estado do Acre.

A coleta de dados em diversos arquivos serviu para adquirir informações sobre a descrição da área de estudo em seus aspectos socioambientais, econômicos, territoriais. Aliado aos dados arquivísticos será utilizado o plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá Iracema realizado pelo CNPT/Ibama em 2003.

A partir dos documentos coletados procedeu-se à identificação de uma breve caracterização da história da Comunidade de Cazumbá-Iracema/Acre, de maneira a contemplar as diferentes formas históricas de apropriação, ocupação e organização social do território.

Quanto ao recorte espacial, a unidade de análise restringe-se à área da A Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, que foi criada pelo Decreto s/nº, de 19 de setembro de 2002 e está localizada nos municípios de Sena Madureira (94%) e Manoel Urbano (6%) no estado do Acre (Figura 1), com área de 750.794 hectares. Essa Resex representa uma experiência que concilia o desenvolvimento de atividades humanas com a conservação dos recursos ambientais, que já vinha sendo praticada pela população residente, mantendo as tradições culturais dos seringueiros da Amazônia Ocidental.



Figural: Mapa da área da Resex Cazumbá-Iracema/AC.

Fonte: Ibama 2003. (Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema).

Para dar conta das questões propostas pela pesquisa, o texto está organizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta uma abordagem sobre áreas protegidas, levando-se em consideração a demarcação de Áreas Indígenas e de Unidades de Conservação (UC's), destacando-se a criação de Reservas Extrativistas (Resex's).

O segundo destaca o contexto histórico da ocupação do território acreano e a construção do território enquanto espaço de luta dos seringueiros até a organização dos trabalhadores rurais configuradas na proposta de criação de Resex's no Acre.

O terceiro capítulo descreve vários aspectos que caracterizam a criação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema no município de Sena Madureira, que demarcam a identidade e a territorialidade dos seringueiros no Acre.

O quarto capítulo analisa a forma de organização da comunidade Cazumbá levando-se em consideração o modo de ser e viver e as relações de identidade territorial dos seringueiros na busca de um espaço social e político na relação entre extrativismo e desenvolvimento.

As considerações finais assinalam a importância das organizações sociais locais para a manutenção e fortalecimento da identidade do território das populações que residem em Reservas Extrativistas na Amazônia.

CAPÍTULO I – CONCEPÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA

Este capítulo faz uma abordagem sobre as áreas protegidas, levando-se em consideração a demarcação de Áreas Indígenas e de Unidades de Conservação (UC's), como modelos alternativos que colocaram a Amazônia num novo padrão de desenvolvimento destacando-se a criação de Reservas Extrativistas (Resex's), objeto desta pesquisa.

1.1 ÁREAS INDÍGENAS

Conforme Little (2002: 13-14), “Terra indígena” é uma categoria jurídica que foi estabelecida pelo Estado brasileiro para lidar com povos indígenas dentro do marco da tutela. De todos os povos tradicionais, os povos indígenas foram os primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais, mesmo que tal reconhecimento tenha sido efetivado por meio de processos que, em muitos casos, prejudicaram seus direitos⁶.

Com a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967, sucessora do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁷, e a promulgação do Estatuto do Índio em 1973 (Lei n.º. 6.001), os territórios indígenas passaram a ser reconhecidos por força de Lei, ou seja, se estabeleceu a relação entre Estado e os grupos indígenas.

A partir da década de 1980, os povos indígenas ganharam força política, mediante um processo de organização interna de suas sociedades, alianças regionais e nacionais, entre distintas sociedades indígenas.

Em 1994, a Constituição Federal, em seu Artigo 231, reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus direitos e bens. O referido artigo assegura a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas, dá aos índios o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nessas terras; ele estabelece que essas terras só poderão ser exploradas sob autorização do Congresso Nacional, pois elas, são consideradas “inalienáveis” e constituem “reservas exclusivas” dos índios que as habitarem. O Artigo também proíbe,

⁶ Conforme Little (2002) 54 áreas indígenas foram demarcadas durante o Serviço de Proteção ao Índio, sendo a maioria de pequeno tamanho. Outra ação significativa do Estado nessa época, com respeito aos territórios indígenas foi a criação do Parque Nacional do Xingu, em 1961, para abrigar um conjunto de povos indígenas – alguns deles desalojados de seus territórios para serem reassentados no Parque – dentro de uma política militar de “desbravamento” dessa área que, com a introdução de novas rotas aéreas, converteu-se numa região de importância estratégica para a Força Aérea brasileira.

⁷O SPI existiu de 1910 a 1967.

expressamente, forçar o deslocamento de grupos indígenas de suas terras de origem, onde estão marcados os registros de suas histórias.

Conforme a Constituição, a União deveria concluir a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos, contudo, o processo administrativo de identificação, delimitação, demarcação física, homologação e registro é muito lento, resultando no não cumprimento do prazo estabelecido. Mesmo assim as demarcações tomaram pulso a partir da década de 1990. No Brasil a idéia da importância de direitos coletivos indígenas, até então, era uma novidade.

O governo brasileiro, somente a partir de 1991, é que começou a ver a possibilidade de financiamentos externos para ações de proteção ao meio ambiente na Amazônia, o que implicava na demarcação e delimitação de extensas áreas indígenas e no delineamento de uma nova política indigenista.

Os povos indígenas também ocupam um lugar privilegiado nos discursos dos socioambientalistas. Parte desse interesse deriva do fato que “os povos indígenas e seus aliados têm contribuído à contenção do desmatamento na fronteira”, como resultado de suas organizações, que funcionam como uma “entidade política com capacidade de mobilização local e com meios legais para estabelecer controle efetivo sobre a terra”

Em 2000, das 563 terras indígenas no país, 317, ou 56,5% do total, tinham seu processo de demarcação concluído, sendo que as terras restantes são, na sua maioria, áreas pequenas. Segundo os dados compilados pelo Instituto Socioambiental, existem, na atualidade, 216 povos indígenas no Brasil localizados em 563 terras indígenas, que apresentam uma grande diversidade lingüística, religiosa, política, social, demográfica e fundiária (ISA 2001, apud LITTLE, 2002).

As diversas organizações ambientalistas, juntamente com aquelas ligadas aos Direitos Humanos, têm desempenhado o papel de elo comunicação entre as populações indígenas e demais povos da floresta, com grandes projetos de desenvolvimento, pautados no uso sustentável dos recursos naturais e na preservação das culturas locais na Amazônia.

Para Little (2002), a colaboração política entre povos indígenas e ambientalistas pode ter fundamento em finalidades comuns, mesmo que baseada em motivos distintos. Como exemplos de formas de parceria, está a estabelecida com o governo federal: o Subprograma de Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas (PDPI), que faz parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), começou a funcionar em 2001 e financia pequenos projetos de desenvolvimento sustentável, com base na solicitação de associações ou lideranças indígenas. Esse subprograma foi concebido como um mecanismo

de consolidação das terras indígenas já delimitadas, por meio tanto do fortalecimento de práticas existentes de exploração sustentável quanto da implantação de práticas novas.

As terras indígenas se caracterizam em termos geográficos, como recortes que representam uma categoria jurídica de organização do espaço. Ou seja, elas só adquirem expressão efetiva e explicitamente territorial após serem delimitadas e demarcadas. Na Amazônia existem cerca de 22% de terras indígenas demarcadas. (BECKER, 2004).

No estado do Acre nos últimos 30 anos, foram reconhecidas 34 (trinta e quatro) Terras Indígenas (TIs), destinadas a 14 (quatorze) povos, com uma área em torno de 2 milhões de hectares (Quadro 1).

Quadro 1: Terras Indígenas do Acre.

Nº	TERRA INDIGENA	ETNIA	MUNICÍPIO	ÁREA (Ha)	POP.	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA
01	Alto Purus	Kaxinawá Kulina Jaminawa	Santa Rosa do Purus Manoel Urbano	263.129,8062	2.052	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 30.08.2002
02	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	Assis Brasil	78.512,5834	189	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 23.07.1999
03	Campinas Katurina	Katurina	Tarauacá-AC Ipixuna-AM	32.623,6443	250	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 16.09.1999
04	Jaminawá Envira	Kulina Ashaninka	Feijó	80.618,0000	111	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 05.08.2003
05	Jaminawá Arara do Rio Bagé	Jaminawá Arara	Marechal Thaumaturgo	28.928,1102	96	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 08.09.1999
06	Jaminawá do Igarapé Preto	Jaminawá	Rodrigues Alves	25.651,6167	113	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 22.04.1999
07	Kampa Isolado do Rio Envira	Ashaninka Isolados	Feijó Santa Rosa do Purus	232.795,0000	236	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 13.09.1999
08	Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	Marechal Thaumaturgo	87.205,4000	450	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 23.11.1995
09	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	Jordão	21.987,0000	35	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 10.04.2002
10	Katurina Kaxinawa	Shanenawa Kaxinawa	Feijó-AC Envira-AM	23.474,0358	860	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 08.09.1999
11	Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu	Ashaninka Kaxinawá	Marechal Thaumaturgo	31.277,0000	400	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 19.07.2002
12	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	Tarauacá	105,1664	70	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 15.04.1996. (Em 2002 o Estado do Acre adquiriu duas glebas de 63 e 94 ha, falta regularizar.
13	Kaxinawá Igarapé do Caicho	Kaxinawá	Tarauacá	12.317,8938	456	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 25.06.1998
14	Kaxinawá do	Kaxinawá	Jordão	8.726,0000	73	Demarcada, homologada e

	Baixo Rio Jordão					Registrada no SPU em 14.03.2002
15	Kaxinawá do Praia do Carapanã	Kaxinawá	Tarauacá	60.698,0000	485	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 02.06.2002
16	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá Kulina	Tarauacá	127.383,5568	258	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 21.11.1996
17	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	Jordão	87.293,7981	1.350	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 29.04.1996
18	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	Feijó	27.533,3987	265	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 30.08.2002
19	Kulina do Rio Envira	Kulina	Feijó	84.364,6082	257	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 02.06.2002
20	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina	Feijó	45.590,0000	153	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 31.10.2001
21	Mamoadate	Jaminawá Manchineri	Assis Brasil Sena Madureira	313.647,0000	773	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 02.07.1999
22	Nukini	Nukini	Mâncio Lima	27.263,5212	425	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 12.05.1997
23	Poyanawá	Poyanawá	Mâncio Lima	24.499,0000	385	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 19.07.2002
24	Rio Gregório	Katurina Yawanawá	Tarauacá	92.859,7490	574	Demarcada, homologada e Registrada no SPU em 23.11.1987
25	Alto Tarauacá	Isolado	Jordão Feijó	142.619,0000	600	Demarcada, homologada em 28.10.2004, registrada no CRI de Feijó.
26	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	Jordão	11.463,0000	123	Demarcada pelo Governo do Estado do Acre. Área Dominial.
27	Arara do Igarapé Humaitá	Arara	Porto Walter	86.700,0000	275	Declarada e Demarcada
28	Arara do Alto Juruá	Arara (Arara Santa Rosa Amawaka, Konibo, Kampa, Txama Kaxinawá)	Marechal Thaumaturgo	-	278	Em Identificação (GTs coordenados por Walter Alves Coutinho e Antonio Pereira Neto)
29	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	Feijó	-	89	Em Identificação (GT coordenado por Jacó César Picoli)
30	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	Assis Brasil	-	92	Em identificação (GT coordenado por Raimundo Tavares Leão)
31	Nauá	Arara Nukini Jaminawá Nawá	Mâncio Lima	-	258	Em Identificação (GT coordenado por Cloude de Souza Correia)
32	Xiname	Isolados Ashaninka	Feijó	175.000,0000	15	Em Identificação (GT coordenado por Elisa Guedes Vieira)
33	Jaminawa do Guajará	Jaminawá	Sena Madureira	-	66	A Identificar
34	Jaminawá do Rio Caeté	Jaminawá	Sena Madureira	-	66	A Identificar

	TOTAL GERAL	-	-	2.234.265,8888	12.178	-
--	--------------------	---	---	-----------------------	---------------	---

Fonte: Adaptada do Relatório Estrutura Fundiária do Estado do Acre, INCRA, 2006.

Das 34 (trinta e quatro) Terras Indígenas atualmente reconhecidas no Estado do Acre, 24 (vinte e quatro) encontram-se regularizadas, (demarcadas, homologadas e registradas) nas instituições competentes - Secretaria de Patrimônio da União e nos Cartórios de Registros de Imóveis dos respectivos municípios de localização. Estas terras indígenas possuem uma área de 1.818.483,8888 hectares, para uma população de 10.316, representam 81,39% das Terras Indígenas atualmente reconhecidas no Estado do Acre.(INCRA/AC: 2006)

Existem duas áreas incluídas na listagem oficial da Diretoria de Assuntos Fundiários como terra a identificar: as terras indígenas Jaminawá do Guajará e Jaminawa do Rio Caeté⁸. Essas terras indígenas já foram reconhecidas pela FUNAI, mas ainda não foram identificadas e delimitadas. (Inkra/AC:2006)

O território indígena Jaminawa, localizado na Resex Cazumbá, foi respeitado pelos órgãos como Ibama e a própria comunidade no processo de demarcação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (Reci). Nesse processo, houve o compartilhamento entre todos os habitantes do rio Caeté - seringueiros e índios -, respeitando-se a identidade cultural de cada grupo, ainda que os mesmos possuam territorialidades diferenciadas quanto à ocupação da área.

1.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As primeiras idéias de se ter uma porção de paisagem natural para ser preservada e conservada se manifesta ainda no século XVII. Thomas (1988) afirma que na Inglaterra nos tempos da revolução industrial, a urbanização acelerada provocou um gosto pelas paisagens naturais ou mesmo cultivadas. Assim, entram no cenário inglês os grandes jardins, e pinturas de paisagens ou mesmo paisagens para contemplação.

No século XVIII o novo gosto não era mais das paisagens produzidas e com formas definidas e, sim, as paisagens selvagens e românticas sem formas pré-definidas, estaria em curso um interesse em preservar a natureza inculta associada a uma fonte de riqueza espiritual e à preocupação com a liberdade dos espaços abertos, como símbolo da liberdade humana.

⁸ Distribuição e ocupação da terra: no Brasil, há duas terras indígenas demarcadas para o povo Jaminawa: a Terra Indígena Mamoate, no rio Iaco, com 313.647 ha, nos municípios de Sena Madureira e Assis Brasil e a Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre, com 76.680 ha, no município de Assis Brasil. Os Jaminawa ocupam, ainda, diversos outros locais próximos a essa região como no rio Caeté, em Sena Madureira, e na Terra Indígena Alto Purus, no município de Manuel Urbano e Santa Rosa, ocupada pelos Kulina e Kaxinawá.

Stuart Mill em 1848 (Apud THOMAS, 1988) já defendia um limite para expansão demográfica e a necessidade de se preservar algumas áreas onde os homens ainda pudessem ficar mais próximos da natureza, permitindo momentos de solidão, indispensável a satisfação humana. O movimento dos habitantes do meio urbano de culto à vida selvagem abre precedentes para criação das “reservas naturais”, o que chegaria até o século XX para as denominações e definições de unidades de conservação. Vale lembrar que o movimento iniciado nos séculos XVII e XVIII tinha um cunho de desobediência da ordem e também uma formatação mais romântica da natureza.

As áreas legalmente protegidas, como aparecem atualmente, surgem no cenário mundial, partir do final do século XIX, em decorrência da degradação do meio ambiente, impulsionada pelas ações da Revolução Industrial. No contexto do capitalismo industrial começam os primeiros movimentos em direção à necessidade da gestão do meio ambiente, vinculados diretamente às atividades produtivas, geradas pelas ações antrópicas, que provocavam alterações no ambiente em todo o mundo.

O preservacionismo surgiu no século XIX nos Estados Unidos e Grã Bretanha. A noção de preservação da *wilderness* (natureza em seu estado selvagem). De acordo com Little (2002) o estabelecimento de áreas protegidas a partir de 1864 na Califórnia, seguido pela criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, na cordilheira dos Grand Tetons, deu a essa vertente do ambientalismo uma clara dimensão territorial, na qual o valor da apreciação da natureza no seu estado intocado foi consagrado. Mais de cem anos depois, a modalidade de áreas protegidas se expandiu por todas partes do mundo, no Brasil, foi criado em 1937 o primeiro Parque Nacional, o Itatiaia.

O movimento ambientalista moderno tem suas origens no século XIX, mas somente chega a ter uma expressão verdadeiramente mundial em meados do século XX. O crescimento e a consolidação do movimento ambientalista foram outros fatores que modificaram a dinâmica territorial no Brasil nos últimos trinta anos, tendo seu impacto maior na região amazônica.

Segundo Brito (2003) a ebulição do movimento ambientalista internacional, na década de 1970, a Conferência da ONU, em Estocolmo, em 1972, refletiram-se no Brasil, em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada ao Ministério do

Interior. Nessa época a problemática ambiental passou a ser orientada com base na conservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais⁹.

A partir da década de 1970, a propagação das áreas legalmente protegidas ou unidades de conservação¹⁰, foram delineadas como instrumentos de política e gerenciamento do meio ambiente, Little (2002) chama de vertente de “preservacionismo territorializante” devido ao caráter centralizador e controlador de grandes áreas de preservação da natureza sem considerar o componente humano, realçando a beleza cênica e a satisfação para os organismos internacionais. No Brasil áreas protegidas são criadas pelo Estado mediante decretos e leis e conformam parte das terras da União, sendo, portanto, terras públicas (BRITO, 2003). A criação dessas áreas inclui pesquisas científicas envolvendo diversos especialistas. As áreas protegidas estabelecem planos de manejo, que especificam com minuciosos detalhes as atividades permitidas e proscritas dentro desses territórios. Em suma, as áreas protegidas representam uma vertente desenvolvimentista baseada nas noções de controle e planejamento (LITTLE 1992).

Conforme Brito (2003) as unidades de conservação transformaram-se num desafio para a sociedade mundial, pois elas poderiam promover as mudanças fundamentais e necessárias para o desenvolvimento rural e agrícola sustentável.

O processo de instituição de áreas protegidas no Brasil está diretamente associado a implementação da política ambiental no país; ou seja, a construção histórica dessa política está ligada às concepções de conservação que foram se delineando pela formalização de sua legislação e da criação de órgãos gestores dessa política. Conforme Brito (2003), a política ambiental, historicamente, tem relação direta com: os modelos de desenvolvimento

⁹ Dentro do processo de expansão da fronteira desenvolvimentista promovida pelos governos militares, a partir da década de 1970 houve um crescimento extraordinário no estabelecimento de novas áreas protegidas. Uma frente preservacionista, que produziu um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas. Nos quinze anos de 1975 a 1989, foram criados no Brasil 17 Parques Nacionais, 21 Estações Ecológicas e 22 Reservas Biológicas, que produziu o quadruplicamento da área total de Unidades de Conservação de Uso Indireto no país. Como as Unidades de Conservação de Uso Indireto não permitem a presença de populações humanas dentro de seus territórios – sendo isto uma de suas regras mais firmes –, a solução inicialmente proposta pelos preservacionistas foi a expulsão dos habitantes de “seus” novos territórios, seja por indenização ou por reassentamento compulsório, tal como se fazia com as barragens e os outros grandes projetos de desenvolvimento. Na linguagem dos preservacionistas, esses habitantes viraram populações residentes, categorizando-lhes assim em função das novas áreas protegidas e, no processo, ignorando a existência prévia de regimes de propriedade comum, relações afetivas com o seu lugar e memórias coletivas sobre esses mesmos espaços (LITTLE, 2002).

¹⁰ Unidade de Conservação é espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC,2000).

econômico implementado no Brasil; a ocupação produtiva dos territórios e espaços naturais e a luta pela incorporação da dimensão ecológica nas políticas estatais. Assim, as questões da conservação da biodiversidade e a gestão dos recursos naturais confrontam interesses no âmbito econômico, político, cultural, ideológico e social.

As mudanças mais importantes com relação às unidades de conservação, de acordo com Snuc (2000), ocorreram a partir da seguinte divisão conceitual:

- unidades restritivas ou de uso indireto: aquelas áreas que não permitiam a exploração dos recursos naturais, como os parques nacionais e as reservas biológicas.

- unidades não-restritivas ou de uso direto: áreas que permitiam a exploração econômica e social, a exemplo das florestas nacionais, florestas protetoras, florestas remanescentes, reservas florestais e parques de caça florestais.

O debate sobre unidades de uso sustentável teve impulso com a aprovação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (Snuc), pela Lei nº 9.985/2000 (regulamentada em 22 de agosto de 2002, através do Decreto nº 4.340). Por meio do Snuc as unidades de uso sustentável permitem a exploração dos recursos ambientais, porém de maneira adequada para garantir a sua sustentabilidade, mantendo a diversidade biológica e os demais atributos ecológicos, ou seja, o Snuc prevê que a exploração deve ocorrer de forma socialmente justa e economicamente viável.

Uma das avaliações feitas a partir da instituição legal do Snuc e de sua regulamentação é que as unidades de conservação ainda passam por problemas cruciais, pois na implantação e implementação da conservação da natureza parece dissociada das preocupações com a justiça social e da distribuição da riqueza nacional. As unidades, na maioria das análises, são vistas como impeditivas ao desenvolvimento econômico, gerando desta forma conflitos entre o poder público e a sociedade.

As ações implementadas pelo governo são consideradas como autoritárias, à medida que o processo de criação, administração e manejo das unidades de conservação, muitas vezes desconsideram as populações residentes nessas áreas. Em muitas unidades não existe interação entre as suas administrações e as populações que habitam ou utilizam recursos, dentro da área ou no seu entorno¹¹.

¹¹ Entre os focos principais de disputa, estão os casos de superposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação nos Parques Nacionais do Araguaia (TO), Monte Pascoal (BA), Superagüi (PR) e Pico da Neblina (AM). Situações essas que colocaram os órgãos ambientais do Estado contra esses povos, que, repentinamente, foram proibidos de realizar suas atividades habituais de uso do meio biofísico para sua subsistência. As

Atualmente, a legislação brasileira estabelece dois instrumentos legais que fazem parte do planejamento das áreas protegidas: o Zoneamento Ecológico Econômico e o Plano de Manejo. Pádua (2002: 9) define que os planos de manejo “devem ser instrumentos de manejo, quer dizer guias práticos para o chefe da unidade e para sua equipe”. Entretanto, a elaboração dos instrumentos de gestão requer elevado recurso financeiro e negociação com as comunidades inseridas nas áreas de conservação, ou com a comunidade do entorno, que explora seus recursos naturais. Por isso é necessário aplicar um estudo interdisciplinar sobre condições naturais e sociais que a unidade engloba.

Conforme Becker (2004), um traço comum às áreas protegidas são as relações estreitas com a União, estabelecida por meio da Funai e do Ibama.

No Brasil, apenas duas categorias de manejo de unidades de conservação, que permitem a ocupação humana foram criadas: as Áreas de Proteção Ambiental (APA's) e as Reservas Extrativistas (Resex's) pela proposta firmada pelo protocolo de intenções, em 1989, entre o Ibama e a organização não-governamental Fundação para a Conservação da Natureza (Funatura). Essa proposta tinha como objetivo atualizar e sistematizar os conceitos, objetivos e tipos de categoria de manejo de unidade de conservação.

A Área de Proteção Ambiental (APA) foi a primeira categoria a ser criada no Brasil, na década de 1980. As APA's, que permitem a presença humana em seu interior, inovam com relação à propriedade da terra, pois essas áreas têm possibilidade de continuarem a ser de propriedade particular. Sua utilização permite, tanto o desenvolvimento da pesquisa científica ou atividade de lazer, quanto ser espaço de reprodução econômica e social.

Na Amazônia a criação das Reservas Extrativistas (Resex's) é fruto da luta dos seringueiros por sua sobrevivência na floresta, contra a expansão dos fazendeiros de gado e os projetos de colonização do Incra. Essa categoria originou-se das reivindicações dos movimentos sociais, como por exemplo, os seringueiros na Amazônia. As Resex's constituíam uma nova categoria de manejo (BECKER, 2004; BRITO, 2003; LITTLE, 2002; DIEGUES, 1994).

As populações extrativistas tendem a ser reconhecidos pelos produtos que extraem e vendem no mercado – seringueiros, castanheiros, babaqueiros, pescadores –, apesar de este

comunidades de remanescentes de quilombos do rio Trombetas se encontraram em situação igualmente constrangedora com a criação de uma Reserva Biológica e uma Floresta Nacional em suas áreas tradicionais de usufruto, de tal forma que o IBAMA se tornou para os negros o símbolo do poder opressor do Estado, criando obstáculos para a utilização tradicional dos recursos naturais de seu território (ACEVEDO E CASTRO, 1998).

ser apenas um elemento de um complexo sistema de “adaptação” que inclui caça, pesca, agricultura, fruticultura e criação de pequenos animais (LITTLE, 2002).

No plano fundiário, o que marca os grupos extrativistas da Amazônia é a apropriação familiar e social dos recursos naturais, onde as “colocações”¹² são exploradas pelas famílias, os recursos de caça e pesca são tratados na esfera coletiva e a coleta dos recursos destinados ao mercado é feita segundo normas de usufruto coletivamente estabelecidas.

Conforme Becker (2004) uma estratégia territorial caracterizou o movimento de criação de Resex's desde sua origem no estado do Acre, onde os altos cursos dos afluentes da margem direita do Amazonas abrigam grandes reservas de seringais nativos e parte expressiva da economia extrativista. Assim, dois elementos marcam essa estratégia:

1) O “empate”, movimento para impedir novos desmatamentos em áreas extrativistas por meio da ocupação pacífica dos locais de derrubadas¹³.

2) A obtenção da Concessão de Direitos Real de Uso Coletivo dos seringais por seus moradores em 1985, extinguindo os projetos de colonização¹⁴.

No caso dos seringueiros, Allegretti (1994: 25-6) afirma que

Rígidos limites de uso e propriedade, individuais, não correspondem à realidade dos seringais. [...] O próprio conceito de propriedade, medida em hectares, somente foi introduzido na Amazônia com as fazendas. Até então, media-se a floresta em números de seringueiras, as distâncias em horas de caminhada, e os limites entre seringais, através dos rios e igarapés.

Tratando das populações tradicionais em Reservas Extrativistas, Diegues (1996: 428) descreve as variadas “formas comunitárias de apropriação de espaços e recursos naturais” baseadas num “conjunto de regras e valores consuetudinários, da ‘lei do respeito’, e de uma teia de reciprocidades sociais onde o parentesco e o compadrio assumem um papel preponderante”.

¹² Termo utilizado pelos seringueiros para identificar as suas unidades de produção, formada por um conjunto de “estradas de seringa” (caminhos que levam às seringueiras).

¹³ O empate consistia na chegada os seringueiros com suas famílias e líderes locais junto aos peões dos fazendeiros (armados com motosserras e outras ferramentas usadas para a realização da derrubada) e os convenciam a não derrubar a floresta para formar a fazenda. Nos empates, os seringueiros alertavam os peões, que geralmente eram oriundos de outros estados brasileiros, que a derrubada da mata significaria a expulsão de famílias de trabalhadores, convidando-os para se associarem à luta dos seringueiros. Nesse processo, adultos e crianças estiveram presentes e entre 1978-1988, os “empates”, sob a lideranças de Wilson Pinheiro e Chico Mendes se repetiu mais de 40 vezes no Acre, estendendo-se para outros estados (ALLEGRETTI, 1994).

¹⁴ Esse elemento estratégico foi apoiado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) dando origem a Reserva Extrativista em 1989, afirmando o usufruto coletivo como modelo alternativo à colonização, que segundo Becker (2004: 107) é “um verdadeiro modelo inovador para os extrativistas”.

Entretanto, a inserção da participação social como diretriz da política de proteção da biodiversidade é uma meta a ser alcançada. A gestão e o manejo, com a participação das comunidades, que se encontram no seu interior ou no entorno das unidades de conservação, tem sido um dos pontos mais complexos nas discussões conceituais e políticas para gerenciamento das áreas legalmente protegidas. Somente em 1997, foi elaborado um documento pelo Ibama e a agência de cooperação alemã GTZ que definiu os objetivos e as bases conceituais para as áreas de unidades de conservação com desenvolvimento de processos participativos, sob a forma de trabalho conjunto entre os administradores das unidades e grupos sociais.

Em consonância com esse documento, Diegues (1998) afirma a necessidade de se levar em conta as particularidades dos países de terceiro mundo, como é o caso do Brasil, onde as florestas são habitadas por tipos de sociedades diferentes das industrializadas, ou seja, populações ribeirinhas, extrativista, grupos indígenas, onde a relação com a natureza não é apenas marcada pela destruição e sim pelo respeito aos recursos naturais dos quais dependem para sobreviver. Vale lembrar que é um erro colocar as populações coletoras extrativistas como uma população homogenia (PINTON & AUBERTIN, 1997).

Portanto, há exigência de uma análise mais detalhada das relações dessas sociedades com a natureza. Uma vez que essas “culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza” (DIEGUES, 1998: 82). Pois, não se pode desapropriar essas populações dos seus direitos sobre as áreas em que vivem, mas sim pensar na criação de áreas protegidas como espaços territoriais onde há necessidade de uma relação harmoniosa entre homem e a natureza, não de forma excludente como, muitas vezes, prevê a legislação de parques e reservas, mas de forma a beneficiar as populações locais (Idem: 97).

Em muitos âmbitos, houve um notável aumento da visibilidade e do poder político dos movimentos sociais e organizações não-governamentais. As populações locais não estavam alheias a esse processo e a ele rapidamente se incorporaram, o que transformou de forma fundamental suas lutas territoriais a partir de ações como o estabelecimento de associações locais, a emergência de movimentos sociais regionais e nacionais que promoveram seus interesses, sua articulação política com ONGs, que possuíam interesses ou estratégias afins e a subsequente colaboração em campanhas e outras atividades políticas.

Um novo paradigma de desenvolvimento criou possibilidades para novas alianças na busca de uma alternativa viável de desenvolvimento sustentável. Nesse processo, as ONGs ambientalistas se aliaram às comunidades locais considerando-as como parceiras com muitas afinidades, devido a suas práticas históricas. Ou seja, a dimensão ambientalista dos territórios sociais se expressa na sustentabilidade ecológica da ocupação por parte dessas comunidades durante longos períodos de tempo, baseada nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas.

A profundidade histórica dessa sustentabilidade é complementada por sua abrangência geográfica e social, encontrável nos mais diversos ecossistemas do país. Essa sustentabilidade foi um elemento chave no estabelecimento de novas parcerias entre alguns desses grupos sociais e setores do movimento ambientalista, e conduziu à implementação de formas de co-gestão de território, onde o governo – principalmente seus órgãos ambientais – e um grupo social determinado entram em parceria na proteção e uso de uma área geográfica específica (Little 2001: 154-86).

O movimento dos seringueiros da Amazônia brasileira tomou a liderança política dos grupos extrativistas dispersos. Nesse processo, houve uma série de alianças políticas, particularmente com grupos ambientalistas e com a liderança de Chico Mendes. A partir dessas alianças, os seringueiros construíram um novo espaço político, tornando-se novos atores sociais no cenário nacional. A realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, em Brasília.

As reivindicações dos seringueiros resultaram na formulação de políticas públicas territoriais e no apoio de diversos setores da sociedade civil internacional, culminando em duas conquistas importantes: o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista dentro da política de reforma agrária (Incra), em 1987, e a criação da modalidade das Reservas Extrativistas (BECKER, 2004; BRITO, 2003; LITTLE, 2002).

Estas duas modalidades territoriais forneceram um reconhecimento formal por parte do Estado da territorialidade dos extrativistas, constituindo uma demonstração da transformação de uma realidade consuetudinária, mediante uma luta política, em realidade legal. Nessas áreas, o controle e uso coletivo dos recursos são reconhecidos legalmente e normatizados por planos de utilização elaborados pelas associações locais de trabalhadores agro-extrativistas e aprovados pelos respectivos órgãos federais responsáveis. No marco legal do Estado, essas terras pertencem formalmente à União. Posteriormente, esta modalidade territorial foi apropriada por outros grupos de extrativistas que não exploravam a borracha, para incluir

castanheiros, quebradoras de babaçu e comunidades pesqueiras. No Brasil existem 43 reservas extrativistas – sendo 31 reservas na Região Norte - e onze projetos de assentamento agro-extrativista, todos localizados no Acre (Quadro 2).

Esses projetos, dentro do estado do Acre, têm na exploração agro-extrativista sua principal base econômica, interagindo com o interesse ecológico e a valorização da organização social, eles são implantados em áreas com potencial extrativista, ocupadas por populações, como seringueiros ou ribeirinhos.

No Estado do Acre foram implantados 11 (onze) Projetos de Assentamento Agro-Extrativista, abrangendo uma área de 286.395,8459 ha, com capacidade para o assentamento de 1.229 famílias, tendo sido assentadas 971 famílias, representando 79,00% da área total dos projetos, existindo uma disponibilidade para novos assentamentos de 258 famílias, ou seja, 21%.

QUADRO 2: PROJETO AGRO-EXTRATIVISTA – PAE

Nº	PROJETOS	MUNICÍPIO	ÁREA (Ha)	CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO	FAMILIAS ASSENTADAS
01	PAE Porto Dias	Acrelândia	22.348,9320	98	98
02	PAE Canary	Bujari	8.053,0000	27	20
03	PAE Limoeiro	Bujari	11.150,0000	37	16
04	PAE Barreiro	Porto Acre	9.760,4590	20	-
05	PAE Santa Quitéria	Brasiléia	44.858,9120	242	221
06	PAE Remanso	Capixaba	43.228,1760	189	170
07	PAE Chico Mendes	Epitaciolândia	24.098,6110	87	84
08	PAE Porto Rico	Epitaciolândia	7.858,4179	73	68
09	PAE Equador	Epitaciolândia	7.757,7210	36	35
10	PAE Riozinho	Sena Madureira	30.381,6170	120	63
11	PAE Cruzeiro do Vale	Porto Walter	76.900,0000	300	196
	Sub-Total		76.900,0000	300	196
	TOTAL	-	286.395,8459	1.229	971

FONTE: Adaptado do INCRA/SR.14/AC – 2005.

A obtenção do domínio da terra nesta modalidade de assentamento é feita mediante a “Concessão de Uso”, em regime segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias: associativistas, condominiais ou cooperativistas, sempre respeitando as várias formas de ocupações sociais.

De acordo com o trabalho publicado pela Diretoria de Assentamento (1996), intitulado “Conceito e Metodologia para a Implantação dos Assentamentos Agro-Extrativistas”, cada Projeto necessita elaborar seu Plano de Utilização da área, com regulamento elaborado pelos moradores e aprovado pelo Incra que lhe confere sustentabilidade jurídica.

Somente após a criação do projeto e a regularização dos moradores, a comunidade, de forma organizada, inicia então o processo de elaboração do “Plano de Utilização”, onde estão contidas as regras básicas do uso racional e de forma sustentável da terra, direitos e deveres dos assentados.

Contudo, é interessante notar que, em geral, nas áreas legalmente protegidas na Amazônia, além de existir a desarticulação entre os instrumentos legais para gestão, ocorre o problema fundiário que vem acarretando sérios transtornos para o gerenciamento e manejo das unidades de conservação.

Portanto, para compreender a participação social das unidades de conservação no Acre, principalmente as Resex's, é necessário analisar a história do envolvimento e da participação das populações nas áreas demarcadas como legalmente protegidas, incluindo o papel das comunidades no processo de administração e manejo das unidades, em nível externo e interno.

CAPÍTULO II – DE SERINGAIS A RESERVAS EXTRATIVISTAS

Este capítulo trata do contexto histórico da ocupação do território acreano e a construção do território enquanto espaço de luta dos seringueiros até a organização dos trabalhadores rurais configuradas na proposta de criação de Resex's no Acre.

2.1 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO ACREANO E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE LUTAS DOS SERINGUEIROS

O território acreano, até meados do século XIX, estava ocupado basicamente pelos povos indígenas e por algumas centenas de peruanos que exploravam a borracha natural na região do Alto Purus e, por alguns bolivianos que iniciavam a exploração da borracha do vale do rio Acre (PAULA, 1998).

Nesse mesmo período, expedições exploratórias de caráter oficial, comprovaram a existência de grande quantidade de seringueiras – árvores das quais se extrai o látex para a produção de borracha. Baseados nas informações dadas pelos exploradores, setores regionais, nacionais e internacionais começaram a dedicar especial atenção à extração do látex. Ressalta-se que a descoberta de novos usos para a borracha natural pela indústria europeia e norte-americana, provocou um aumento na procura e conseqüente exportação dessa matéria-prima. Com isso, o Acre passa a se inserir no contexto econômico nacional e internacional.

Para atender à demanda em escala crescente da exportação de borracha, incentivou-se o processo migratório de nordestinos para a região. A partir de 1877, inicia-se uma grande corrente migratória de populações oriundas do sertão nordestino para região amazônica.

É importante destacar, que nesse momento o Nordeste, principalmente o Ceará, vivia uma crise econômica e social sem precedentes. A seca de 1877 deixou os trabalhadores que moravam no Nordeste em total miséria, onde a morte por causa da fome era bastante acentuada.

Tendo em vista esse contexto, o governo do Amazonas procurou incentivar e financiar a migração dos nordestinos para fixarem em seus núcleos de colonização. Segundo Calixto et. all. (1985), os incentivos eram inúmeros: passagens, ferramentas de trabalho, sementes, assistência médica, casa para os colonos e construção de estradas ligando os núcleos coloniais à capital da província. Esses autores afirmam, ainda, que a maior parte desses migrantes nordestinos foram direto para o trabalho da extração do látex, sendo poucos aqueles a se dedicarem à atividade agrícola nos núcleos de colonização, como era de interesse do governo amazonense. Neste sentido, os nordestinos não estavam interessados em povoar

simplesmente, mas sim se ocupar em uma atividade que lhes oferecesse perspectivas de maiores e mais rápidos lucros, de forma que em pouco tempo pudessem voltar à sua terra natal em melhores condições de vida. A extração do látex mostrava-se mais viável que a lavoura, já que a borracha havia se tornado um produto bastante procurado no mercado mundial.

Aos poucos os rios Purus, Juruá e seus afluentes começaram a receber os imigrantes nordestinos. Todavia, como observou Paula (1998), ao aportarem nas margens dos rios, defrontavam-se com outra realidade. Além de não possuírem o livre acesso a terra, passaram a subordinar-se aos padrões seringalistas por meio do sistema de relações mercantis.

O seringueiro era inserido aos poucos no processo que ficou conhecido como sistema de aviamento. Esse sistema é definido por Silva (1982) como sistema de relações de produção que articulavam o aviador e o exportador como agentes participantes de um processo que funcionava sob a dominação do capital mercantil. Sob o aspecto do capital comercial, portanto, capital que se limita à esfera da circulação, nas formas de capital – mercadoria e capital – dinheiro e nunca capital produtivo, era o capital industrial das grandes potências que fazia funcionar a empresa do seringal nativo, isto porque as casas exportadoras estavam diretamente ligadas ao capital monopolista internacional e era este quem, em última instância, detinha o controle do sistema de aviamento.

O seringueiro situava-se na base do sistema de aviamento, sendo o principal responsável pela geração de riqueza oriunda da economia da borracha. No topo estavam os agentes do grande capital monopolista internacional, aos quais pertencia a maior parte da geração e apropriação do excedente da economia da borracha. Para Paula (1998) a comercialização da borracha não só inseriu o Acre no mercado mundial, mas, também, manteve sua base econômica assentada exclusivamente no monoextrativismo desse produto.

A partir de 1913, Inglaterra e Holanda iniciaram o plantio de seringueira na Ásia. A produção em alta escala dos seringais de cultivo asiáticos provocou uma baixa vertiginosa dos preços da borracha no mercado de internacional. Em consequência a economia amazônica, em especial a acreana, sofreu uma grave crise que se estendeu por décadas.

Costa Filho (1995), afirma que nem mesmo quando os japoneses ocuparam os seringais de cultivo no sudeste asiático, na Segunda Guerra Mundial, forçando os aliados, sob comando dos Estados Unidos, a promoverem o restabelecimento da produção da borracha na Amazônia

(acordos de Washington), que fosse capaz de atender as necessidades da guerra, nem assim verificou-se a recuperação da economia local.

Os acordos de Washington, firmados em 1942, instituíram o monopólio estatal das operações finais de compra e venda da borracha amazônica. O Estado, até a década de 1960, passaria a ocupar o papel que o capital monopolista exerceu no passado, na cadeia de aviamento (COSTA FILHO, 1995).

2.1.1 A Expansão da Fronteira Agrícola e o Aumento das Tensões Sociais no Campo

No final dos anos 1960 e início dos 1970, os militares, que tomaram o poder em 1964, passaram a direcionar seus esforços em favor de uma política de ocupação da Amazônia. Em 1966, o governo militar criou o que denominou “Operação Amazônica”. Segundo Mahar (1978) os objetivos principais da política dos militares eram: *a)* estabelecer pólos de desenvolvimento e grupos de populações estáveis e auto-suficientes, sobretudo nas áreas de fronteiras; *b)* estimular a imigração; *c)* proporcionar incentivos ao capital privado; *d)* desenvolver a infra-estrutura e *e)* pesquisar o potencial dos recursos naturais”.

Fez também parte da política do Governo Militar, a criação de vários órgãos para a execução de planos que facilitassem a entrada do capital privado na região amazônica. Foram criados: a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que tinha por objetivo coordenar a ação do governo militar na região e o Banco da Amazônia S.A (Basa), que ficou incumbido de apoiar a produção da borracha e o monopólio das operações de compra e venda desse produto.

De acordo Sant’Ana (1988), além desses órgãos, o governo instituiu incentivos fiscais para investimento de capitais na região. Foram justamente os incentivos fiscais um dos elementos mais eficazes para atrair a iniciativa privada nacional e estrangeira para a região, pois eles ofereciam, desde isenção do imposto de renda para pessoas jurídicas, até a isenção total de taxas sobre importação de máquinas e equipamentos.

A *Operação Amazônica* desencadeou mudanças nas prioridades do governo militar. Para Costa Filho (1995), a atividade extrativista não fazia parte das políticas que moviam o interesse do governo militar. Paula (1998) acrescenta que não interessava ao Estado manter um setor extremamente atrasado da economia, incompatível com o modelo de acumulação capitalista em curso no país. Como consequência, a economia da borracha responsável pela

sobrevivência da maioria da população do Acre e da Amazônia, sofreu um duro golpe, dando início a um processo de fragmentação.

As políticas adotadas causaram mudanças profundas na sociedade amazônica. Instalou-se um quadro de crise regional, marcado, entre outras coisas, pela falência e endividamento com o Basa.

Em 1971 é empossado pelos militares o novo governador do Acre, Wanderley Dantas. Tendo em vista a crise, conforme Paula (1998), o governador Dantas procurou intervir prioritariamente na modernização das atividades agropecuárias e extrativistas. Para isso atuou na criação de mecanismos destinados a incentivar inovações tecnológicas e produtivas, juntamente com a promoção de campanhas publicitárias orientadas para atrair investimento de capitais.

Souza (1992) destaca que o Governo Dantas abriu as portas do Acre aos empresários do Centro-Sul, oferecendo a esses os seus incentivos estaduais, utilizando-se do dinheiro do Banco do Estado do Acre (Banacre) para financiar a criação de gado, colocando a disposição dos fazendeiros os serviços de setores do governo estadual para elaboração de projetos agropecuários.

Sobrinho (1992) ressalta que enquanto os pequenos e médios proprietários do Centro-Sul eram atraídos pela possibilidade de se tornarem ricos fazendeiros, os grandes empresários, por sua vez, tinham não só o interesse em implantar grandes projetos de pecuária, mas também utilizar a terra como *reserva de valor* para especulações financeiras.

Paula (1998) afirma que cerca de 5 bilhões de hectares de terras, equivalente a um terço da extensão territorial do estado, foram transferidos para investidores do Centro – Sul do país em sua maioria oriundos do estado de São Paulo.

Para Manoel Calaça (1983:22), a corrida de terra no Acre, como em outras partes da Região Amazônica, realizou-se de forma bastante violenta e agressiva, gerando um clima de tensão e revolta no campo. Sobre isso ele comenta:

No interior, os seringais transferidos a pecuaristas e investidores do Centro-Sul do país, se encontrava posseiros e seringueiros, muitos deles nascidos e criados ali. Sem ao menos esperar vêem seus aviamentos serem suspensos, a mata nas mediações ser derrubada e a solicitação sob ameaça para que desocupem a área, onde passaram a ser consideradas como invasores. Muitos dos que resistiram tiveram suas casas e pertencentes queimados, numa violência brutal. Até mesmo

pequenos proprietários de núcleos de colonização foram violentados.

No momento de altas negociações por terras em todo o território amazônico, um elemento comum e muito presente nos conflitos pela posse da terra no Acre foi à figura do *grileiro*. Esse agente procurava comprar terras ou adquiri-las por meios ilegais, expulsando os posseiros (colonos, seringueiros, moradores, índios etc.) dessas terras para que pudessem vender aos “paulistas”¹⁵. Os grileiros se aproveitavam da condição dos posseiros – que não tinham título de propriedade das terras que ocupavam – para apropriar de suas terras.

Sobrinho (1992) destaca que a violência dos fazendeiros, de início, não encontrou resistência por parte dos trabalhadores (seringueiros e posseiros). Esses abandonavam, aos poucos suas colocações, alguns, recebendo uma mísera indenização pelas benfeitorias, migrando ou para a fronteira com a Bolívia, ou para a cidade, principalmente Rio Branco, capital do estado do Acre. Muitos seringueiros foram expulsos de suas localidades por meios violentos. Souza (1992) afirma que as primeiras expulsões aconteceram em um momento em que os seringueiros acreanos não tinham nenhuma organização sindical que os defendessem.

2.1.2 A Organização dos Trabalhadores Rurais e a Proposta de Criação de RESEX's no Acre

Os seringueiros e posseiros, que bravamente ainda permaneciam na terra, passaram a contar com alguns aliados. Inicialmente com o apoio da Prelazia do Acre e Purus, que através do boletim *Nós Irmãos*, denunciava o modo violento como os trabalhadores eram expulsos de suas terras (COSTA FILHO, 1995)

A partir da década de 1970, a Igreja Católica no Acre, com o advento das CEBs¹⁶, passou a difundir no campo a idéia de resistência pela posse da terra. Um exemplo de ação desenvolvida pela igreja foi a divulgação do documento chamado *Catecismo da terra* (1973). Esse documento tinha por objetivo orientar os trabalhadores como reagir diante da ameaça de expulsão de suas áreas, fazendo referências ao *Estatuto da Terra*¹⁷ (PAULA, 1998).

As ações das CEB's foram evidenciadas somente no vale do Acre e Purus, onde se localiza a ala progressista da Igreja no estado. Para Costa Filho (1995), a divulgação de documentos esclarecedores aos seringueiros quanto aos seus direitos, programas radiofônicos,

¹⁵ Como eram chamados todos os fazendeiros que vinham do Centro-Sul do Brasil para o Acre, essa definição foi adotada por se tratar de pessoas que na maioria das vezes vinham do estado de São Paulo.

¹⁶ Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica.

¹⁷ Lei 4.504, de 30.11.1964.

sermões de missas, entre outras ações, serviram de instrumentos para a conscientização dos trabalhadores quanto à questão da terra.

Foi por meio da ação da Igreja juntamente com outras organizações sociais, que foram organizados os primeiros sindicatos no estado. Em 1975, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), com apoio da Prelazia do Acre e Purus, instalou no estado uma Delegacia com o objetivo de organizar sindicatos rurais nos municípios do Acre. Nesse mesmo ano sob iniciativa dos pecuaristas foi fundada a Federação da Agricultura do estado do Acre (Faeac). Entre 1975 e 1977 foram fundados sindicatos em sete dos doze municípios existentes naquele período, sendo patronais ou de trabalhadores. Era a corrida também por espaço e participação política.

As transformações começam a acontecer, no governo de Geraldo Mesquita (1975 – 1979), quando o Estado passou a imprimir uma política de defesa dos interesses tradicionais do Acre, realizando várias ações com o intuito de fortalecer a economia regional, sobretudo a economia rural. Ao contrário dos seus antecessores Mesquita estava mais comprometido com as oligarquias locais e, preocupado em deter o avanço dos “paulistas” na região.

Apesar de instalado no estado desde 1972, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) até o início do governo Geraldo Mesquita, não passava de uma mera representação. Para Costa Filho (1995) foi a partir daquele governo que o Incra passou a atuar de maneira mais firme e restrita quanto a transação de terras no estado, alertando quanto à existência de escrituras irregulares e buscando garantir o direito dos posseiros.

As ações do governo Mesquita, juntamente com o Incra, Contag e Igreja modificaram a relação de forças que existia até então, provocando uma diminuição no intenso fluxo de transações com terras no Acre.

No mesmo período os seringueiros organizaram os primeiros “empates”, que eram uma forma pacífica de impedir o desmatamento e a expulsão das famílias de suas localidades. Os empates consistiam em um ato de paralisação de trabalhadores extrativistas a frente das localidades que seriam derrubadas para criação de gado. Era nos empates que os seringueiros convenciam os peões a não realizarem a derrubada. Foram os empates que deram visibilidade nacional e internacional aos conflitos agrários na Amazônia (PAULA, 2005; BECKER, 2004; ALLEGRETTI, 1994).

Na década de 1980 a luta pela terra continuou. A concentração fundiária aumenta, assim como a violência contra os trabalhadores rurais. Um fato marcante desse período é o

assassinato de Wilson Pinheiro em julho de 1980, presidente dos Trabalhadores Rurais de Brasília e principal liderança do sindicalismo acreano.

Devido ao agravamento das tensões sociais na região, o Governo Federal tomou uma série de medidas visando desmobilizar os conflitos. Uma dessas medidas foi a desapropriação de 542.837 hectares de terra para o assentamento de famílias, realizada pelo Incra até o final de 1980, nos municípios de Brasília, Xapuri e Rio Branco (Paula, 1998).

A forma de colonização realizada pelo Incra no Acre sofreu uma oposição por parte dos seringueiros, que defendiam uma reforma agrária diferenciada para as unidades de produção extrativa. Segundo eles os lotes destinados a cada família, em média de 100 hectares, não viabilizavam economicamente, pois, uma propriedade extrativa requer uma área bem maior.

Segundo Costa Filho (1995), a mobilização dos seringueiros no Acre resultou na organização da categoria para toda a Amazônia, ecoando pelo Brasil. Em outubro de 1985, foi realizado em Brasília o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros que culminou no lançamento de várias propostas em defesa dos seringueiros bem como da floresta amazônica, tendo como resultado mais significativo a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

O Conselho tornou-se um importante mediador das lutas sociais no campo na década de 1980, não só no Acre, mas na região amazônica como um todo. Para Paula (1998) o surgimento do CNS ocorreu devido a necessidade que próprio destinado a condução de suas lutas particulares, uma vez que estas eram relegadas ao segundo plano no contexto geral de lutas tanto da Contag como da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Depois da criação do CNS, a luta pela terra na região passou a ter como traço marcante a temática ambiental, expressa na defesa de um modelo de desenvolvimento regional que incorporasse a Reserva Extrativista como proposta concreta de reforma agrária. Com o assassinato de Chico Mendes, figura de destaque local, nacional e mundial como sindicalista e ecologista, a proposta das reservas extrativistas, ligadas à conservação da floresta amazônica passou a ganhar destaque internacional, hoje uma realidade no estado do Acre. O conceito de reserva extrativista no Brasil começa a ser implantado quando entidades ambientais internacionais se sensibilizam, reconhecendo as reservas como mecanismo eficaz de restrição do desmatamento da Amazônia e incorporam-se ao movimento dos seringueiros, tornando-se para o movimento aliado de grande importância.

Em 1987, com o objetivo de dar respostas à opinião pública e aos financiadores internacionais, o Governo Brasileiro, por meio do Incra instaura o Projeto de Assentamento Agroextrativista com a Portaria 627 de 30 de julho de 1987. Esse foi um passo muito importante para os desdobramentos de ações nos anos seguintes, como a incorporação do modelo de reserva extrativista como políticas públicas.

Para Paula (2005), na Amazônia as críticas aos efeitos socioambientais da “modernização” implementada na região, sob a égide do Estado desenvolvimentista, passam a ter, a partir dos anos de 1980, maior ressonância no bojo da sociedade civil, em nível regional, nacional e internacional. Ou seja, trata-se, de um período marcado por uma mudança de enfoque nas abordagens sobre a temática do desenvolvimento na região: ela passa de “inferno verde” a “paraíso dos verdes”. Conforme Paula (2005:188-189) é importante ressaltar ainda nessa década que

No plano da ação política, o fato marcante na Amazônia foi a conquista de espaços mais amplos nas esferas da sociedade civil e política por parte das representações de determinados seguimentos sociais subalternos, particularmente de seringueiros e índios. A partir daí, não eram somente os ecologistas do centro-sul do Brasil ou aqueles da Europa e Estados Unidos que condenavam a devastação da floresta amazônica, mas aqueles diretamente afetados por esse processo que passavam a denunciar as mazelas sociais e ambientais produzidas no rastro da “modernização”.

Além das críticas, as representações dos seringueiros e índios apresentavam propostas concretas, como a criação das reservas extrativistas e demarcação das terras indígenas, como alternativa para frear o processo de exploração predatória em curso e definir a partir de suas demandas, um outro tipo de desenvolvimento na região (PAULA, 2005).

A partir da década de 1990 o cenário político acreano se transforma, favorecendo a mudança na concepção de desenvolvimento e nas relações de poder. Nesse contexto, os seringueiros propõem uma forma alternativa de desenvolvimento, tendo como base desenvolver economicamente o território sem prejuízos ambientais. A proposta alicerça-se no respeito pela tradição e na experiência adquirida pelos povos extrativistas ao longo do tempo. Reflete-se na proposta a identificação com a floresta, baseada também no modelo de terra indígena. Esse modelo viabilizou projetos de reservas extrativistas com base em três princípios: 1) viabilidade econômica; 2) sustentabilidade e perspectiva social; 3) padrões de vida mais elevados para as comunidades extrativistas.

Da proposta original de reserva extrativista, o principal elemento era o reconhecimento de que os seringueiros tinham a posse legítima da terra; outro traço importante era a divisão em formas de “colocações”, obedecendo a forma de organização da unidade familiar e a atividade econômica do extrativista.

O governo brasileiro na década de 1990, para mostrar que o Brasil estava em posição de poder exportar bens públicos ambientais para o resto do mundo, trocou a conservação das florestas tropicais por ajuda financeira, tecnológica e institucional de seus parceiros internacionais. Vale lembrar que o Brasil foi pressionado pelos Bancos Internacionais e outras instituições de terem financiamentos e ações vetadas, caso as políticas para conter os avanços da degradação ambiental na Amazônia e das populações ditas tradicionais.

É nesta época que dois programas na área ambiental surgem como a concretização do princípio da transferência de recursos para os países ditos em desenvolvimento: o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que iniciou as suas atividades em 1991; e o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP/G-7), instituído pelo Decreto nº 563 de 05.06.1992 (BARRETTO FILHO, 2001).

Como resultado do reconhecimento das populações tradicionais, em 1992, o Ibama cria o Centro Nacional de Populações Tradicionais para o Desenvolvimento Sustentado (CNPT), como “resposta governamental às demandas expressas pelas populações que tradicional e culturalmente subsistem do extrativismo e dos recursos naturais renováveis”.

As propostas voltadas para criação de Resex's segundo Becker (2004: 28) “reproduziram o modelo de desenvolvimentos endógenos, voltados para uma visão interna da região e para os habitantes locais, introduzindo uma nova e fundamental potencialidade para a Amazônia. E sua importância transcende as populações envolvidas – os experimentos em curso são formas locais de solução de um problema global: a proteção da biodiversidade”.

Becker (2004: 33) afirma que, nesse contexto, alterou-se o significado da Amazônia, com uma “valorização ecológica de dupla face: a da sobrevivência humana e a do capital natural”. Portanto, essa valorização representa uma nova forma de apropriação do território por grupos sociais: áreas protegidas e experimentos conservacionistas.

Ainda, segundo Becker (2004: 104) “dentre os diversos tipos de concentrações endógenas as áreas protegidas e os projetos comunitários alternativos transformaram a Amazônia em verdadeira fronteira experimental de um novo padrão de desenvolvimento”.

A experiência iniciada nos movimentos sociais faz com que no Acre o papel das unidades de conservação, principalmente as Resex's, seja o de fortalecer a vocação florestal, incorporando o componente comunitário como agente do processo, formando um tipo de empate a degradação ambiental e ao modelo mercadológico. Contudo, em geral, nas áreas legalmente protegidas na Amazônia, além de existir a desarticulação entre os instrumentos legais para gestão, ocorre o problema fundiário, que vem acarretando sérios transtornos para o gerenciamento e manejo das unidades de conservação.

Como resultado de estudos e instrumentos como Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), onde foram priorizadas áreas de interesse para conservação e uso sustentável e atendendo às reivindicações das comunidades tradicionalmente extrativistas -, foram criados no estado do Acre, 05 (cinco) Reservas Extrativistas: Alto Juruá, Chico Mendes, Alto Tarauacá, Cazumbá-Iracema e Riozinho da Liberdade, abrangendo uma área de mais de 2.7 milhões de hectares, com ocupação de 3.351 famílias (Quadro 30).

QUADRO 3 - RESERVAS EXTRATIVISTAS – RESEX NO ACRE

Nº	UNIDADE	MUNICIPIO	ÁREA (Ha)	DECRETO DATA	POPULAÇÃO RESIDENTE
01	Resex Chico Mendes	Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Rio Branco, Xapuri e Sena Madureira	970.570,0000	99.144 12.03.1990	1.794
02	Resex Cazumbá-Iracema	Sena Madureira Manoel Urbano	750.794,7000	S/N 19.09.2002	280
03	Resex Alto Tarauacá	Tarauacá Jordão	151.199,6400	S/N 08.11.2000	250
04	Resex Riozinho Liberdade	Cruzeiro do Sul, Mal. Thaumaturgo, Porto Walter, Tarauacá e Ipixunas-AM	325.602,6600	S/N 17.02.2005	177
05	Resex Alto Juruá	Mal. Thaumaturgo	506.186,0000	98.863 23.01.1990	850
	TOTAL	-	2.704.353,0000	-	3.351

FONTES: Ibama - Gerência Executiva do Acre – 2005; Inkra/SR.14/AC – 2005 Apud Relatório da Estrutura Fundiária do Estado do Acre (Inkra/AC, 2006).

Além dessas áreas, existem as terras indígenas que totalizam 13,61% do Estado, onde a maioria já foi regularizada. Isso tornou-se um fator importante sobre o reconhecimento dos direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, sobre sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, ou seja, para a preservação das comunidades indígenas, sendo ainda, fator importante para a conservação ambiental do estado.

O Acre é um estado com baixos índices demográficos, não apresenta uma grande urbanização, tem forte identidade florestal, uma localização geográfica estratégica, além de possuir um suporte legal relevante e 30% de seu território destinado a áreas de conservação.

As florestas, que correspondem 90% do estado do Acre, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), traduzem um imenso patrimônio do país. Por conseguinte, estas devem ser usufruídas de forma acertada, com intuito de resguardar esta riqueza a um tempo indeterminado. Ao longo dos anos, esta conscientização ecológica passou a ser fundida pela população rural da Amazônia, e principalmente acreana, provocando a Florestania¹⁸, um novo conceito derivado de cidadania. É através da Florestania que é possível entender as relações das populações rurais com a floresta, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos e culturais. Por meio deste conceito, é possível considerar a aplicação da sabedoria popular e de técnicas recentes para produzir elementos que possibilitem a geração de um efetivo desenvolvimento sustentável, que observa as carências pontuais de cada comunidade.

A Florestania considera as características da relação das populações rurais com a floresta, envolvendo aspectos econômicos, sociais e culturais. Esta visão da floresta prevê a aplicação do saber popular e de novas técnicas para gerar condições de um desenvolvimento realmente sustentável, respeitando as necessidades e características específicas de cada comunidade.

O Acre é reconhecido pelo seu protagonismo nas lutas das populações amazônicas e na implantação de políticas públicas como os primeiros Projetos de Assentamentos Agro-Extrativistas (PAEs). Sob inspiração dos PAEs, logo em seguida o Ibama, acompanhado de alguns parceiros tais como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e Incra, criou as Resex's como "unidade específica de proteção ambiental e de produção auto-sustentável" (ALLEGRETTI, 1994: 29). Essas duas formas de ocupação garantem o direito das populações tradicionais a terra, apesar de, nesse sentido, a Resex se mostrar mais eficiente.

A criação de reservas extrativistas só pode ser efetivada a partir de uma demanda de populações extrativistas organizadas junto ao CNPT/Ibama. As Resex's não se sustentam sem

¹⁸ Cidadania se deriva de cidade e florestania, de floresta. Palavra nova e inteligente, criada pelo governo petista do Acre, representando conceito novo de desenvolvimento e de cidadania no contexto da floresta amazônica. Implementa-se cidadania nos povos da floresta mediante investimentos do estado em termos de educação, saúde, lazer e de formas de produção extrativista, respeitando a floresta. Floresta e ser humano vivem um pacto sócio-ecológico onde a floresta passa a ser um novo cidadão, respeitado em sua integridade,

o componente comunitário; como unidade de conservação obedece a ritos para sua criação e uso de sua biodiversidade, tais como: estudos, levantamento fundiário, plano de utilização da unidade. Todos os passos da demanda até publicação do decreto de criação estão descritos pelo CNPT/Ibama¹⁹ este roteiro orienta instituições e comunidades descrevendo as etapas e critérios para dar início ao processo.

Para compreender a participação social das unidades de conservação no Acre, é necessário analisar o envolvimento da participação das populações nas áreas legalmente protegidas e o papel das comunidades no processo de administração e manejo das unidades, em nível externo e interno.

No capítulo a seguir será descrito o processo de criação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, importante protagonista da mobilização dos seringueiros na defesa de seu território, ao tempo em que promove a caracterização da criação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema no município de Sena Madureira, que demarcam a identidade e a territorialidade dos seringueiros no Acre.

¹⁹ Para conhecimento dos passos de criação de uma reserva extrativista veja : <http://www.ibama.gov.br>

CAPÍTULO III - RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA: A ESCOLHA DE UM MODO DE VIDA AGROFLORESTAL

Cultura refere-se ao nível de criação de símbolos e valores, que caracterizam o modo de ser de uma sociedade, de uma era, ou de uma determinada história.

(DEMO, 1999)

A reserva extrativista simboliza o resultado de uma luta coletiva de uma categoria social marginalizada ou mesmo sem visibilidade por muito tempo no âmbito nacional. A luta por permanecer e se sustentar da floresta teve sua origem no estado do Acre, onde se destacou o seringueiro e líder sindical Chico Mendes. A forma de resistência, de luta pela terra no Acre incorporou elementos transversais que não podem ser separados com o ecológico, pois sem floresta não há extrativismo, o econômico: permanecer na terra é garantir a sobrevivência das futuras gerações; sociocultural, pois o saber ser seringueiro é também um direito à identidade de grupo. As reservas extrativistas foram inspiradas no modelo de reservas indígenas(LITTLE, 2002; ALLEGRETTI, 1994).

A reserva extrativista passa de um desejo de reforma agrária para unidade de conservação. Em 2000 o governo Federal institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc),²⁰ em que as reservas extrativistas são consideradas unidades de conservação de uso sustentável, cuja responsabilidade de criação e implementação cabe ao CNPT/IBAMA, onde a gestão deve ser compartilhada com as comunidades moradoras organizadas em associações.

Segundo o Snuc (2000), “Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”, são espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou expressão ou exemplares da biota que possibilitam o seu uso sustentável, sem prejuízo para conservação ambiental. Nesse contexto, criação das reservas extrativistas responde à uma reivindicação territorial por ser um meio de garantia dos

²⁰ De acordo com o Snuc (2000) existem duas categorias de Unidades de Conservação: as unidades de proteção integral (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e as unidades de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

direitos de seus ocupantes, além de uma concretização, no nível local, dos desejos dos pensadores do “global” (PINTON & AUBERTIN, 1997)

3.1 REZERVA CAZUMBÁ-IRACEMA

3.1.1 Localização

A Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema está localizada no estado do Acre, Amazônia Ocidental, nos municípios de Sena Madureira (94% da área total da Unidade) e Manuel Urbano (6%), abrangendo a quase totalidade da micro-bacia do rio Caeté e parte do rio Macauã, tributários do rio Iaco, afluente do rio Purus. Possui uma área de 750.794,70 ha e perímetro de 589,05 km. Conforme indicações no mapa que consta na figura 2 (página 37).

O entorno²¹ da Reserva Extrativista Cazumbá é composto por:

Projeto de Assentamento Agrícola: Há um projeto de assentamento limítrofe à Reserva, cujas escolas atendem, além dos alunos do próprio assentamento, moradores da Reserva. A convivência entre assentados e extrativistas é estreita, havendo vários casos de parentesco entre uns e outros. Devido à proximidade e às dificuldades semelhantes que enfrentam, há, muitas vezes, ajuda mútua.

Terras Indígenas: a Reserva faz limite com a área indígena Jaminawa e a Terra Indígena Alto Purus. A área indígena Jaminawa está incrustada na Reserva, ocupando 9.878,48 ha, à beira do rio Caeté, a partir do igarapé Canamari.

Floresta Nacional do Macauã e Floresta Nacional do São Francisco: a Sudeste com a Reserva, estão a Floresta Nacional do Macauã e a Floresta Nacional do São Francisco (Flonas), UCs de Uso Sustentável criadas respectivamente em 1988 e 2000, que ocupam 173.475 ha e 21.600 ha. A convivência entre moradores e funcionários destas três Unidades é bastante estreita e tem sido, até o momento, muito positiva, resultando na cooperação entre todos.

Parque Estadual do Chandless: UC de Proteção Integral que faz limite a Sudoeste da Reserva, ocupando 605.303 ha. É uma Unidade recentemente criada (decreto 10.670/2004). O Parque é cortado pelo rio Chandless, afluente do rio Purus, com baixa perturbação humana e

²¹ Denomina-se entorno de uma UC a área externa aos limites desta, num raio de 10 km, a partir de suas fronteiras legais. A valorização da UC pelos moradores do entorno é essencial, pois populações humanas sujeitas a intensas pressões ecológicas e econômicas estão sujeitas a desenvolver relações antagônicas com as áreas protegidas e sem o consentimento das populações locais, estas áreas não poderão ser efetivamente manejadas. (www.cazumbá.org).

grande riqueza faunística. Há 12 famílias que moram no Parque e deverão ter suas terras desapropriadas e indenizadas.

Cidade de Sena Madureira: a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema mantém relações socioeconômicas estreitas com a cidade de Sena Madureira.

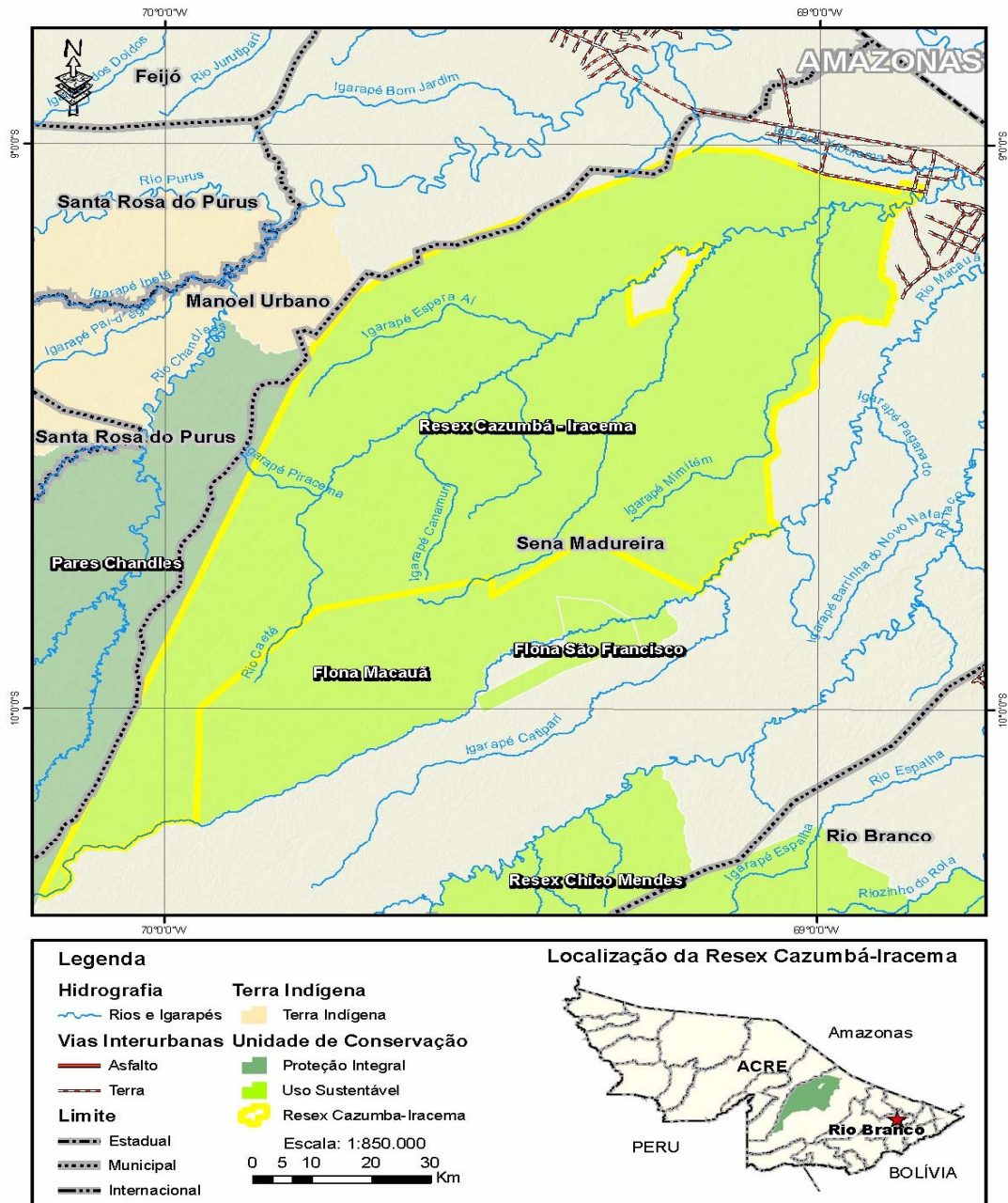


Figura 2: Mapa da Resex
 Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre, 2006.

2.1.2 Histórico de criação

Em meados de 1976, o INCRA desapropriou vários seringais no município de Sena Madureira para implantação do Projeto de Colonização Boa Esperança. Dentre estes seringais está o seringal Iracema, localizado no Rio Caeté (Foto 1) afluente do Rio Iaco, onde hoje está instalada a Comunidade do Cazumbá.



Foto 1: Rio Caeté.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003.

Com a expansão dos assentamentos no entorno da Comunidade do Cazumbá, seus líderes se organizaram concentrando alguns moradores das colocações em um único núcleo comunitário, a fim de impedir o loteamento da área e a especulação de terras e de fixar os moradores no local. Tendo em vista o sistema de trabalho e organização, por ser uma área essencialmente extrativista, destinou-se uma área aproximada de 17.538 hectares para a titulação coletiva em nome da associação de moradores. Começava então uma saga para criação da Resex Cazumbá-Iracema.

A Comunidade Cazumbá é formada basicamente de seringueiros que residiam em colocações do seringal Iracema. Esses seringueiros sobrevivem basicamente da agricultura de subsistência e de uma pequena produção de bovinos. Apesar dos preços baixos as atividades

extrativistas eles se mantêm com a produção de borracha e de castanha-do-brasil, nem sempre suprimindo as necessidades das famílias.

A comunidade do Cazumbá é organizada em um núcleo onde estão todas as moradias e toda a infra-estrutura comunitária (escola, igreja, postos de saúde, sede da associação, etc.). Nesse centro comunitário as atividades são realizadas coletivamente, com participação integral de homens e mulheres (Foto 2). A maioria dos moradores mora no local desde que nasceu, assim como os pais e avós, vivendo exclusivamente de atividades extrativistas (florestais). A comunidade tem uma relação íntima com o território, construído por pelo menos três gerações.



Foto 2: Vista da Comunidade do Cazumbá.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003



Foto 3: Habitações típicas dos moradores da Unidade.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

Em meados de outubro de 1999, representantes, da Associação dos Seringueiros Seringal Cazumbá (ASSC) procurou a unidade do Ibama no município de Sena Madureira em busca de apoio e informações sobre as possibilidades de implantação de um projeto de criação

de animais silvestres e sobre a melhor forma de protegerem as áreas da maneira como eles haviam idealizado que, para os seringueiros, seria importante que fosse criada a Resex. O Ibama reconheceu e apoiou a reivindicação da associação e concluiu que a criação da Reserva Extrativista seria a melhor forma de garantir a sobrevivência da comunidade e a manutenção de seus hábitos e costumes, os quais são fundamentados no uso sustentável dos recursos da floresta. Foram realizadas várias reuniões com representantes da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá e com a comunidade em geral (Foto 4), as quais tiveram a adesão sempre crescente de moradores de outros seringais do rio Caeté, que viviam no mesmo clima de incerteza quanto à garantia de permanência na terra e dos seus costumes, passando a ver a Reserva Extrativista como solução para os seus maiores problemas.



Foto 4: Reunião com a comunidade.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

Diante desse quadro, o Ibama ampliou a área de estudo para toda a Bacia do rio Caeté, abrangendo um universo de aproximadamente 200 colocações em uma área superior a 750 mil hectares, constituída de uma floresta praticamente intacta. Isso segundo os moradores garantiria o uso da terra para gerações futuras e acabaria com a ameaça de exploração desenfreada da madeira da região, que já estava acontecendo e ameaçando a vida deste grupo social.

A proposta de criação da Resex que a comunidade Cazumbá iniciou passou a dominar o pensamento da população local e ganhou manifestações de apoio de quase todas as entidades representativas do poder público e da sociedade do município de Sena Madureira, entre as quais destaca-se a Carta de Apoio da Igreja Católica, representada pelo Padre Paolino Baldassari.

Todo o anseio pela da criação da Reserva Extrativista do Cazumbá Iracema é traduzida na carta enviada pela comunidade ao Presidente da República, ministros e parlamentares na qual exprime toda a luta e preocupação quanto à sua permanência na terra que ocupam por mais de um século. Com essa carta, o processo de criação da Resex tornou-se mais visível, pois não se tratava apenas de um movimento isolado e sim da luta de uma comunidade extrativista pela garantia de seus direitos.

Nesse momento ocorre o que Toro (2004) caracteriza como mobilização social, que ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando resultados decididos e desejados por todos.

2.1.3 Situação Fundiária

Para a definição da situação fundiária do território a ser demarcado como Resex, o Ibama, instituição responsável pelo estudo, tomou como base a área abrangida pela proposta de expansão do projeto de Colonização Boa Esperança. É importante considerar que a comunidade já vinha se mobilizando contra a o projeto de colonização da área do Seringal Boa Esperança da forma como estava delineado pelo Incra.

Outro fator que influenciou na definição da área foi a necessidade de proteger toda a Bacia do rio Caeté da grande pressão de pescadores, caçadores e outros agentes externos que causavam transtorno para população local. A pressão desses agentes estava contribuindo para a possível transformação da área em assentamentos agrícolas, o que fatalmente causaria o desaparecimento de uma das mais importantes zonas de extrativismo do estado do Acre.

Considerou-se ainda a situação de disponibilidade das terras em poder da União arrecadadas e/ou desapropriadas a fim de minimizar os custos da desapropriações. O Ibama utilizou-se também de informações da estação de geoprocessamento do INCRA e da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (Funtac) para a indicação da área de interesse, a partir da comunidade Cazumbá, abrangendo a bacia do rio Caeté até suas nascentes.

Com o levantamento socioeconômico feito pelo IBAMA, constatou-se a existência de uma pequena comunidade indígena na foz do igarapé Canamari mais precisamente no seringal

Boa Vista, incrustado na Gleba Santa Helena, cuja propriedade é reconhecida em nome de Ciro Machado Filho. Tal comunidade surgiu de famílias indígenas da etnia Jaminawa²².

Para evitar conflitos futuros o Ibama, a Funai, os Jaminawas e os extrativistas da região firmaram um acordo, que excluiu o local ocupado da área pretendida para a Reserva Extrativista (mapa 2: 37), ficando, então, a Terra Indígena circundada pela Unidade.

Dos 240 Jaminawa que estavam em Rio Branco e Sena Madureira, 105 foram encaminhados para uma área do rio Caeté, denominada seringal Bela Vista. Esse assentamento significou a solução, ainda que parcial, do problema dessas famílias²³.

Portanto, a área ocupada pelos Jaminawa no rio Caeté, totalizando 9.878,48 ha, foi devidamente excluída do polígono da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, conforme estabelecido no Decreto s/nº, de 19 de setembro de 2002, Artigo 2º, Parágrafo Único. Essa área encontra-se em fase de regularização fundiária pela Funai, para futura demarcação e decretação como Terra Indígena. Assim, para o estudo da criação da Resex Cazumbá foram feitas consultas documentais e levantamentos geográficos, socioeconômicas e culturais abrangendo toda a região que hoje compreende a Resex.

A própria demarcação de suas terras criou uma figura jurídica estranha à tradição desse povo²⁴ e embora as áreas sejam consideradas grandes, não são suficientes para abrigar grupos em conflito. O processo de demarcação das terras, enquanto garantia para os indígenas, traz

²² Jaminawa (Iaminawá ou Yaminawa) é o nome genérico dado aos diversos povos indígenas da família lingüística Pano que se autodenominam Xixináwa (gente do quati), Konunáwa (gente da orelha-de-pau), Sharanáwa, Mastanáwa, dentre outros. Como os próprios Jaminawa fazem questão de assinalar, este é um nome dado pelos “brancos” que nada significa para eles. O povo Jaminawa habita algumas regiões do estado do Acre, do Peru e da Bolívia, e soma aproximadamente mil indivíduos, segundo estatísticas extra-oficiais.

²³ Os Jaminawa que vivem hoje no rio Caeté não tinham destino certo, uma vez que viviam pedindo esmolas nas cidades de Rio Branco e Sena Madureira. Numa operação conjunta do Governo do estado do Acre, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Funai, Ministério Público Federal, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI), foi preparado o “Plano de Assistência e Apelo aos Jaminawa”, visando propor medidas para solucionar os problemas enfrentados por esse povo.

²⁴ Quanto aos aspectos sociais e econômicos os índios Jaminawa do rio Caeté vivem em duas aldeias: Aldeia Extrema e Aldeia Buenos Aires. Na primeira vivem 14 famílias e na segunda vivem 13 famílias, correspondendo a 49 homens e 48 mulheres. A economia dos Jaminawas pode ser definida como de subsistência, com pequenos excedentes para o comércio. Em geral, os roçados são suficientes para seu abastecimento, não propiciando uma fonte de renda que propicie melhoria na qualidade de vida das famílias. A sobrevivência dos Jaminawas é assegurada por um sistema de reciprocidade que garante o mínimo necessário para todos. As culturas mais comuns são a mandioca, o arroz e a banana. Apesar de todo o empobrecimento e violência sofrida em razão do colonialismo e expansionismo da sociedade brasileira, os Jaminawa sobreviveram como um povo culturalmente diferenciado. As muitas décadas de contato com a sociedade influenciaram e aceleraram as transformações na cultura desse povo, embora perceba-se facilmente que os Jaminawa ainda utilizam, no seu dia-a-dia, um código cultural próprio, que os tornam muitas vezes incompreendidos pela sociedade eles mantêm língua própria e declarações como as que afirmam serem os Jaminawa pouco afeitos ao trabalho, mostram que esse povo não se submeteu à lógica cultural-mercantilista do ocidente.

em seu bojo uma limitação territorial estranha ao modo de vida de seu povo. Na atualidade, os Jaminawa reclamam do abandono a que foram relegados.

3.1.3.1 Os Jaminawas e a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema

O modelo de desenvolvimento sustentável proposto para as Unidades de Conservação de Uso Sustentável possui, como princípio determinante para seu sucesso, a boa relação entre as famílias residentes e destas com as famílias da Zona de Amortecimento.

Sendo assim, os programas e projetos que busquem um avanço na qualidade de vida das populações tradicionais das Unidades de Conservação devem estender-se às famílias que moram na sua Zona de Amortecimento.

No caso da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, esta condição se torna ainda mais necessária, uma vez que as aldeias Jaminawa do rio Caeté estão totalmente cercadas pela UC, como uma ilha.

Quanto aos aspectos culturais tem-se, de um lado, o modo de vida dos seringueiros, e de outro, toda as particularidades do povo Jaminawa que, apesar das diferenças, não são antagônicos, visto que possuem alguns aspectos históricos comuns.

Diante disso, atualmente a relação entre as 247 famílias da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema e as 27 famílias Jaminawa se mantém tranqüila. Isto representa um avanço considerável, que facilita o desenvolvimento de ações sociais, econômicas e ambientais para ambas as comunidades.

3.1.4 Ocupação do solo

A ocupação do território que hoje constitui a área da Resex Cazumbá-Iracema corresponde às terras ocupadas há mais de três gerações pelas famílias de seringueiros que a habitam. Os seringais constituídos de forma isolada (Foto 5), de acordo com o crescimento familiar numa mesma colocação, passaram historicamente a formar pequenos núcleos comunitários em função da necessidade de agregação de forças de trabalho, caracterizados pela ajuda mútua. Ou seja, o núcleo comunitário surgiu da agregação familiar por meio de casamentos e, conseqüentemente, do crescimento das unidades habitacionais familiares ao longo das estradas de seringas.



Foto 5: Detalhe de uma colocação de seringueiros.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

2.1.5 Aspectos Sociais e culturais

A Reserva Extrativista possui 247 famílias, totalizando uma população de 1232 (mil duzentos e trinta e duas) pessoas, sendo que 56% são do sexo masculino e 44% do sexo feminino. A população em sua maioria é jovem; 62% das pessoas possuem até 21 anos de idade.

A população possui um elevado índice de mobilidade interna à comunidade, por isso o deslocamento das pessoas geralmente acontece dentro da própria região, ou seja, o morador sai de um seringal e vai morar em outro. De acordo com o Plano de Manejo da Resex (2003)²⁵, 97% dos moradores nasceram no município de Sena Madureira.

Culturalmente as famílias extrativistas são constituídas por pessoas de seu próprio meio de convivência. Pelas dificuldades de deslocamento externo, a população de seringueiros mantém pouca relação com os grandes centros urbanos ou comunidades de outras regiões. A maioria dos matrimônios acontece de maneira informal, apresentando-se apenas 5% dos casais com registro civil de casamento.

Um aspecto pitoresco da formação das famílias de seringueiros da comunidade Cazumbá refere-se ao “roubo da noiva”. Em alguns casos os rapazes que estão interessados em namorar e casar com as moças de outras famílias, simplesmente as “roubam”. Esse ato em geral acontece durante a madrugada. Os pais nem sempre se conformam com essa situação, porém a união é respeitada. São raros os casos em que os pais trazem as filhas de volta para

²⁵ Plano de Manejo da Unidade de Conservação é o documento elaborado pelo Ibama e serviu de referência para os dados colocados neste trabalho.

casa. Em geral, as mulheres se casam com idades entre 14 a 18 anos e as famílias são constituídas, além do casal, em média por cinco a nove filhos.

3.1.5.1 Educação: os serviços oferecidos às famílias ainda não conseguem suprir a demanda educacional, seja por número insuficiente de escolas, seja pela falta de professores. As dificuldades impostas pelas longas distâncias dentro da Floresta Amazônica ainda não foram superadas pelos órgãos responsáveis em levar educação às famílias extrativistas. Hoje 215 das crianças em idade escolar não estão estudando. Por isso, o número do analfabetismo é expressivo, principalmente entre os moradores adultos.



Foto 6: Escola Municipal.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

Atualmente existem 13 escolas dentro da Resex, sendo que nove são de responsabilidade do estado acreano e 4 do município de Sena Madureira (Foto 6). Juntas as escolas atendem 305 alunos e contam com quinze professores, sendo que oito deles são da própria comunidade.



Foto 7: Construção de uma escola comunitária.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

Uma dessas escolas encontra-se desativada por falta de professor, enquanto outras não dispõem de condições adequadas de funcionamento (infra-estrutura básica e de saneamento, falta de merenda escolar). Os alunos residentes na Resex também, são atendidos por escolas da Terra Indígena e dos assentamentos do entorno.

O ensino é oferecido em sistema multi-seriado. Nesse sistema todos os alunos da 1^a à 4^a séries estudam ao mesmo tempo, na mesma sala de aula. Na comunidade do Cazumbá foi construída uma escola para atender de 5^a a 8^a séries (Foto 7)em sistema modular, além da educação de jovens e adultos (EJA).

3.1.5.2 Saúde

Os atendimentos médicos, odontológicos e laboratoriais são precários. Não existem serviços regulares de atendimento à saúde das famílias. Os atendimentos acontecem de maneira esporádica ou quando o doente se desloca para os postos de saúde (Foto 8) e hospitais na cidade de Sena Madureira.



Foto 8: Posto de Saúde.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

A população local é atingida por várias doenças resultantes da falta de campanhas de vacinação, orientação de higiene e das medidas preventivas. As doenças afligem mais crianças e idosos. É comum ver crianças descalças e sem roupas brincando no meio dos animais nos locais enlameados que se formam por causa dos “giraes” e porcos. As condições de habitação favorecem o surgimento de doenças, as famílias consomem água sem tratamento e fazem suas necessidades excretoras no mato, muitas vezes próximo às fontes de água.

Portanto, os fatores que mais contribuem para proliferação de doenças são a falta de saneamento básico, criação de animais domésticos soltos pelos terrenos e a destinação inadequada do lixo domiciliar. Os moradores jogam lixo no mato (55%), queimam (26%), jogam no rio ou igarapé (13%) ou enterram (6%). As doenças mais comuns são verminoses, diarreia, gripe, anemia, leishmaniose, micoses e malária.

As famílias tratam seus doentes utilizando remédios caseiros e/ou industrializados. Nos casos graves desloca-se o doente de barco até a cidade de Sena Madureira para receber o tratamento adequado. Acontece também de recorrerem aos “rezadores”, pessoas reconhecidas na comunidade como possuidora de poder de cura por meio da reza.

Geralmente as doenças como leishmaniose, malária, tuberculose, febre tifóide e verminose são tratadas com remédios industrializados. Já para aquelas como diarreia, doenças respiratórias, micoses catapora, coqueluche e sarampo, utiliza-se remédios caseiros. As plantas medicinais mais utilizadas são folhas de laranjeira, cidreira, carmelitana, agrião, quina-quina, malvarisco, hortelã, copaíba, boldo e semente de mamão.

3.1.5.3 Saneamento Básico

Segundo o Plano de Manejo da Unidade, 80% da população depositam suas fezes no mato, a céu aberto, pois não possuem nenhum tipo de infra-estrutura de saneamento básico, outros 11% utilizam módulos sanitários de alvenaria com drenagem construídos pela prefeitura e 9% utilizam as chamadas “privadas”, construções em madeira com lançamento dos dejetos diretamente no solo.



Foto 9: Vista do Reservatório d'água que abastece a comunidade de Cazumbá.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

Na comunidade do Cazumbá apenas 27 casas possuem banheiro com vaso sanitário e chuveiro, sistema de escoamento dos dejetos, captação, armazenamento e distribuição de água (Foto 9). A água para o consumo humano é coletada nas vertentes, rios, igarapés e cacimbas.

De maneira geral as habitações são rudimentares e seguem o mesmo padrão conhecido na Amazônia como Palafitas, construídas de madeira na sua maioria com coberturas de palha ou zinco. As casas possuem basicamente dois quartos sala cozinha e pequena varanda. As famílias possuem em média seis pessoas (Foto 10).



Foto 10: Habitações típicas dos moradores da Unidade.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

3.1.5.4 Hábitos alimentares

O tipo de alimentação varia de acordo com disponibilidade dos recursos da caça, pesca e da produção agrícola. A dieta baseia-se em carne de animais silvestres como: porco-domato, veado, anta, queixada, jabuti, macaco, capivara, paca e tatu. O consumo de peixes ocorre o ano inteiro dentro da diversidade característica da região. Nos períodos em que a caça e a pesca estão fracas os moradores consomem carne bovina e galinha. As famílias também têm o hábito de se alimentarem de produtos florestais.

3.1.5.5 Condições de transporte

As famílias utilizam dois tipos de transporte de acordo com as estações amazônicas. No inverno (novembro a maio), os moradores se deslocam em embarcações típicas da região (catraias ou batelões) que variam de tamanho conforme a necessidade dos moradores. No verão (junho a outubro) elas trafegam em veículo traçado ou caminhões que transitam em dois ramais estratégicos da Resex.



Foto 11: Embarcações típicas de uso dos moradores.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003.

O melhor período para os moradores quanto ao transporte é no inverno, pois a maioria possui barcos ou batelões (Foto 11). Os barcos suprem todas as necessidades de transporte. Eles são utilizados para escoamento da produção, deslocamento entre as moradias, transporte de alunos ou ainda para deslocamento de pessoas adoentadas até a cidade de Sena Madureira.

Porém, há locais dentro da Resex em que os moradores vivem em completo estado de isolamento (Foto 12).



Foto 12: Detalhe da ponte sobre o rio Caeté, na estrada de acesso, destruída durante a cheia do rio.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

3.1.5.6 Energia

A energia é estendida para poucos dentro da Resex. Apenas três áreas possuem geradores de energia elétrica: a Comunidade Cazumbá, sede do Seringal Cachoeira e colocação Forte Veneza no seringal Granja.

Na comunidade Cazumbá a energia é gerada por meio de um motor (gerador de 18HP/15 kva-diesel), atendendo à 25 casas, 01 escola, 01 associação, 01 posto de saúde, 01 igreja, 01 marcenaria, 01 casa de reuniões, 01 casa de artesanato e bombeamento d'água.

A energia, mesmo com pouca abrangência, mudou consideravelmente o modo de vida dos moradores. A energia elétrica melhorou as condições sociais e econômicas especialmente das famílias da Comunidade Cazumbá. Além disso, propiciou a instalação de uma pequena serraria para beneficiamento da madeira utilizada na construção de moradias, iluminação e utilização de eletrodomésticos como: televisão, geladeira e freezer. Existem nas colocações (comunidade do Cazumbá, Cuidado e Bela Vista) a presença de placas de captação de luz solar com iniciativas dos próprios moradores.

Existe dentro da Resex Cazumbá uma equipe de energias alternativas buscando subsídios e formulando propostas, dentro do Programa “Luz para todos” que atendam a demanda futura da comunidade²⁶.

3.1.5.6 Meios de comunicação

Com exceção das localidades onde tem gerador de energia, o único meio de comunicação é o rádio, que desempenha papel fundamental na integração social da região. É pelas ondas do rádio que os seringueiros sabem o que ocorre em todo o estado do Acre, no Brasil e no mundo. Ele é ainda o único meio de comunicação entre os parentes e amigos, pois os “recados” de uns para os outros são feitos por meio do rádio.

No Seringal Cachoeira tem um telefone público e na Comunidade Cazumbá existem duas residências que dispõem de antenas para captação de sinal de telefonia celular.

²⁶ Dado retirado do “Relatório da Visita Técnica realizada na Resex do cazumbá-Iracema no município de Sena Madureira” da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável (SEPLANDS)

3.1.5.7 Organização social

Existem cinco associações constituídas: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá, Associação dos Moradores do Seringal Cuidado, Associação Forte Veneza, Associação dos Moradores do Seringal Seguro e Associação dos Seringueiros Santos Dumont. Dessas, apenas a primeira encontra-se legalmente regularizada.

A maioria dos moradores não demonstra interesse em participar de organizações sociais, devido a falta de informação sobre a sua importância. Dos entrevistados durante a elaboração do Plano de Manejo, 41% não participam de organizações sociais e de classe, 33% participam de associação, 17% de cooperativas e 9% são sindicalizados. Apenas uma pessoa afirmou participar de partido político.

Dentre as associações citadas, destaca-se a Associação do Cazumbá pela sua forma de atuação. Ela foi criada em 08 de agosto de 1993 e possui atualmente 67 sócios, em sua maioria moradores da Comunidade do Cazumbá. Esta associação surgiu a partir da mobilização em torno da recusa da implantação do projeto de assentamento do Incra pelos moradores. Essa mobilização fez com que os moradores se organizassem para defender seus direitos de ocupação e uso da terra.

Além disso, o fortalecimento da união entre as famílias vem da religiosidade que a comunidade busca sempre preservar. Destaca-se a participação do Padre Paolino Baldassari e das Irmãs Servas de Maria, que foi decisiva para que a Comunidade do Cazumbá chegasse ao nível de organização em que se encontra hoje.

Desde a criação da Associação, seus representantes buscam melhorias para as famílias, seja na implantação de energia elétrica, na abertura de ramal, construção de pontes, unidades de produção, saneamento básico, escolas, posto de saúde, projetos sociais e econômicos. Tais melhorias são resultantes do nível de organização comunitária alcançada. Com isso, a Comunidade do Cazumbá tornou-se referência no Acre e no Brasil, resultando, no ano de 2002, na conquista do segundo lugar no Prêmio Chico Mendes, modalidade Organização Comunitária, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

As mulheres possuem papel fundamental na organização comunitária, participando das decisões sobre os caminhos a serem seguidos pelos moradores. As mulheres se uniram e criaram o Grupo de Formação da Mulher (GFM), que tem como finalidade agrupar e incluir ativamente as mulheres nas decisões da comunidade. Este é mais um fato que diferencia a

Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC) das demais organizações sociais rurais, onde a mulher possui, em sua maioria, o papel de ouvinte, sem muitas vezes exercer o direito de voz e voto.

As mulheres são responsáveis pela organização de eventos como treinamentos, cursos, festas e arrecadação de recursos. Assim, já foram adquiridas para a comunidade cinco máquinas de costura e foi realizado um curso de aproveitamento de alimentos.

Quanto às motivações para organização social na Unidade, os principais fatores são: acesso a financiamentos e melhoria de vida (45%), conflitos fundiários (25%), venda dos produtos (17%).

A organização social é incentivada em toda a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema. O exemplo da ASSC é disseminado por toda a área, com o intuito de que as parcerias com os órgãos governamentais e as entidades não governamentais promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades e possam realmente concretizar os resultados desejados.

3.1.5.8 Religião

Na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema existem duas principais linhas religiosas: o catolicismo e o protestantismo. A grande maioria dos moradores (86%) são católicos, 4% protestantes, 1% não têm religião e 9% não se manifestaram quando questionados quanto a sua preferência religiosa.

A adesão da maioria dos moradores à religião católica aconteceu devido ao trabalho desenvolvido pelo padre Paolino Baldassari e pelas Irmãs Servas de Maria. Esses missionários todos os anos sobem os rios e igarapés visitando os moradores.

Em suas visitas o padre realiza encontros religiosos chamados “desobriga”, quando os fiéis reafirmam seus compromissos perante as leis católicas: batismo, primeira comunhão, crisma, casamento e confissão, entre outros. O padre Paolino ainda receita remédios de plantas medicinais e aconselha as famílias, inclusive, como se fala na região, para “esquentar a vida sexual dos casais”.

Na comunidade do Cazumbá a religião representa mais do que uma relação entre o indivíduo e Deus. A religião entre os moradores apresenta-se como fonte de organização da comunidade e conduta de vida, sendo a base que sustenta a união das famílias. Na Comunidade foi construída uma igreja onde acontecem os encontros religiosos aos domingos.

A presença de missionários protestantes é cada vez mais freqüente fazendo com que o número de adeptos cresça a cada ano. Atualmente não existem templos protestantes instalados na Unidade, as atividades missionárias são realizadas em embarcações e nas casas dos fiéis.

Existe ainda um “Centro” onde são praticadas atividades de Umbanda, onde, além das práticas religiosas são realizadas consultas com tratamentos a base de plantas medicinais.

3.1.6 Aspectos Econômicos

A economia das famílias da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema baseia-se em duas atividades: o extrativismo vegetal e agropecuária. Esta última atividade passou a se destacar após a decadência do mercado da borracha, surgindo como a principal alternativa de sobrevivência e de geração de renda para a população. No entanto, mostra-se pouco expressiva em função da falta de políticas eficazes que promovam o desenvolvimento de um modelo produtivo moderno e competitivo. A maioria das famílias ainda utiliza técnicas de produção rudimentares e pouco diversificadas, com contribuição incipiente para a melhoria da qualidade de vida.

A falta de assistência técnica é outro fator que agrava ainda mais a situação econômica das famílias. Quando acessadas as linhas de crédito, o despreparo, aliado à falta de acompanhamento na execução dos projetos tem gerado um crescente endividamento dos produtores.

Porém, a partir do ano de 2001, iniciou-se a implantação de projetos-piloto que podem dar uma nova dinâmica à economia local que, se bem administrados, podem ser ampliados e elevar consideravelmente o nível de renda e qualidade de vida dos moradores. São eles:

- a) Projeto para Criação e Comercialização de Animais Silvestres;
- b) Projeto para Produção de Couro Ecológico;
- c) Artesanato de Borracha; e
- d) Projeto de Manejo para Extração de Óleo de Copaíba.

3.1.6.1 Extrativismo Vegetal

É a atividade produtiva tradicionalmente exercida pelas famílias, tendo como principal produto a borracha, apesar dos baixos preços praticados pelo mercado. O processo de produção da borracha ainda é artesanal (Foto 13). Porém, ao longo do tempo, passou por

aperfeiçoamentos e hoje as famílias produzem borracha do tipo prancha ou qualhadão, abandonando o antigo processo de defumação, que originava a borracha tipo “bola”.



Foto 13: Extração do látex.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

De acordo com o Plano de Manejo (2003), das famílias entrevistadas na época, apenas 32% produzia borracha, que em sua maioria é comercializada nas associações e cooperativas. Na Resex existem aproximadamente 2.050 estradas de seringa, totalizando em torno de 15.800 árvores. Dessas, apenas 319 estradas estão em uso, ou seja, apenas 15% do potencial total continuam sendo explorados.

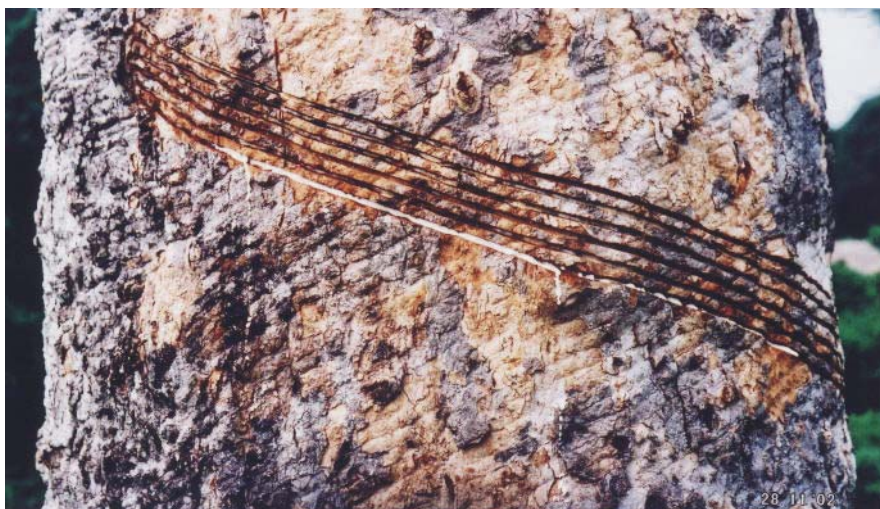


Foto 14: Aspecto de uma seringueira em fase de sangria (*Hevea brasiliensis*).

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

As famílias produziram no ano de 2002 aproximadamente 40 toneladas de borracha, que foi negociada a um preço que variou entre R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) a R\$ 1,60

(um real e sessenta centavos) por quilo. A produção proporcionou uma renda média anual de R\$ 765,56 para cada família produtora.

As inovações tecnológicas proporcionaram o melhoramento da qualidade e a diversificação dos produtos à base de látex, surgindo o couro ecológico, couro vegetal e artesanatos de borracha. Foi implantado um Projeto Piloto de Produção de Couro Ecológico, beneficiando 20 famílias de moradores da Unidade e seu entorno.

Foram realizados ainda cursos para produção de artesanato de borracha (Fotos 15 e 16), capacitando 30 moradores, dos quais 10% desenvolveram habilidades para prosseguir na atividade. Em função de representar uma atividade não usual para os seringueiros, por envolver habilidades artísticas, os resultados alcançados são bastante expressivos, merecendo futuros investimentos para descoberta de novos talentos. Destaca-se a elevada agregação de valor ao látex proporcionada por esta atividade, uma vez que os primeiros resultados apontaram para uma renda média de R\$ 83,00 (oitenta e três reais) por quilo de borracha, representando um incremento de aproximadamente 4000% em relação ao produto tradicional.



Foto 15: Produtos artesanais de borracha feitos por pessoas da comunidade.
Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003



Foto 16: Capacitação para produção de artesanato em borracha.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003.

Outra fonte de renda oriunda do extrativismo é a castanha (Foto 17). Porém, nesta atividade, somente trinta (30) famílias estão atualmente envolvidas, pouco mais de 12% do total de famílias da Unidade. Na safra 2002/2003 foram coletadas aproximadamente 2.000 latas de castanha (uma lata equivale a 18kg), das quais, 5% são para consumo das famílias, e 95% são comercializadas no mercado local, ao preço médio de R\$ 5,00 (cinco reais) a lata, e gerando uma renda anual aproximada de R\$ 335,00 (trezentos e trinta e cinco reais).



Foto 17: Castanha do Brasil coletadas na Resex Cazumbá.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

Além desses produtos, as famílias também extraem madeira, óleos (copaíba e andiroba), açai, mel, pataú e outros produtos da floresta. A madeira é utilizada para construção de moradias, casa de farinha, cercados, barcos e instalações de uso comum, enquanto os demais produtos principalmente utilizados para consumo próprio.

Além dos benefícios econômicos, muitas iniciativas que visam a diversificação e verticalização da produção contribuem para manter viva as atividades que marcam a cultura do povo extrativista, conseqüentemente mantêm preservadas as florestas.

3.1.6.2 Extrativismo animal

A área da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema possui uma das maiores concentrações de animais silvestres da região. Várias espécies foram registradas. Por esta razão, tornou-se, ao longo dos anos, a área mais procurada por caçadores vindos de diversas localidades, inclusive das cidades de Sena Madureira e de Rio Branco.

Os animais silvestres constituem-se um dos principais componentes da base alimentar dos moradores (Foto 18). Um dos motivos que levou os moradores da área a solicitar ao Ibama a criação da Reserva Extrativista foi a iminente diminuição da caça, devido à pressão exercida pelos caçadores.



Foto 18: Animais silvestres manejados na Resex.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

Além do aumento das ações de fiscalização, uma das ações empreendidas para reduzir os impactos da caça predatória e garantir a manutenção de estoque, para suprir as necessidades alimentares da comunidade, foi a implantação de um projeto de manejo e criação em cativeiro de animais silvestres, visando, secundariamente, a comercialização. O Projeto foi elaborado pelo Ibama e encaminhado pela ASSC ao Programa de Apoio ao Agroextrativismo do Ministério do Meio Ambiente, sendo então aprovado.

O Projeto Cazumbá, tem como um de seus objetivos, a geração de tecnologias de criação e manejo de animais silvestres por populações tradicionais, o qual será aos poucos estendido a toda a Unidade. Conforme estudos do Ibama esse projeto trará uma significativa melhoria no setor econômico local e na qualidade de vida daquela comunidade.

3.1.6.3 Agricultura

Todas as famílias trabalham e dependem da agricultura para sobreviver, sendo que atualmente a maior parte delas têm nesta atividade sua principal fonte de renda.

A atividade agrícola ocupa toda a família: homens, mulheres, crianças e idosos. Os moradores cultivam mandioca (da qual produzem a farinha e outros produtos), arroz, feijão e milho. Parte da produção (40%) é utilizada para consumo próprio, sendo o excedente comercializado no mercado local.



Foto 19: Aspecto de capoeiras em áreas utilizadas para agricultura.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003

De acordo com o calendário agrícola, o trabalho inicia-se nos meses de novembro e dezembro com a limpeza da área destinada ao roçado, preparando-se a terra para o plantio do milho e do arroz. Colhido o arroz, enquanto o milho seca, é realizado o plantio de feijão que acontece entre os meses de março a maio (Foto 19). Durante este período é plantada a mandioca.

Realizada a colheita do feijão e do milho, o roçado fica ocupado apenas com a mandioca, sendo mantidas as atividades de capina durante seis meses a dois anos, dependendo da variedade plantada.



Foto 20: Casa de fabricação de farinha.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, Ibama/2003.

A mandioca é a única cultura que é cultivada o ano inteiro, portanto representa o produto mais importante para as famílias, pois proporciona geração de renda durante todo o ano, uma vez que a farinha é o produto que possui maior facilidade de comercialização e é componente expressivo na dieta alimentar da população local (Foto 20).

Os roçados possuem até dois hectares, sendo raros os casos em que ultrapassam esse tamanho. Geralmente a área mantém-se fértil por um período de três a quatro anos, ou seja, aproximadamente três safras.

Os equipamentos utilizados na produção agrícola são: terçado, foice, enxada e machado, sendo que dois moradores possuem roçadeira.

De acordo com esta caracterização, percebe-se que a comunidade Cazumbá foi aquela que resistiu à possível implantação de um assentamento do Incra para o território, onde foi criada a Resex Cazumbá-Iracema. Assim, para compreender a história da comunidade será feita a seguir uma análise da identidade e da territorialidade que configuraram a organização da Comunidade Cazumbá.

CAPÍTULO IV – ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE CAZUMBÁ: IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

A tônica deste capítulo será analisar a forma de organização da comunidade Cazumbá, levando-se em consideração o modo de ser e viver e as relações de identidade territorial dos seringueiros na busca de um espaço social e político, na relação entre extrativismo e desenvolvimento.

4.1 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DA COMUNIDADE CAZUMBÁ

Uma das formas pelas quais a comunidade Cazumbá estabelece sua identidade territorial se dá por meio do apelo aos seus antepassados históricos – os seringueiros que habitaram a região desde do século XIX.

Conforme Pinton & Aubertin (1997) para que haja reivindicação do *status* de Reserva Extrativista é necessária a presença relativamente antiga de uma população, que vive da exploração dos recursos naturais desse território. Ou seja, essa constatação significa ressaltar a existência de recursos comercializáveis e práticas de exploração da floresta de pouco impacto sobre o meio ambiente, que permitam a renovação desses recursos - que autoriza certos grupos de extrativistas a formular reivindicações territoriais, com base nas práticas ecológicas e de relações com o território. Ou como afirma o Presidente da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá na carta enviada as autoridades do Estado Brasileiro (Veja em anexo a carta na íntegra):

[A Comunidade] é constituída na sua totalidade por seringueiros e descendentes destes, que habitam a região desde o início do século, quando da ocupação do território acreano pelos nossos pais e avós que, como heróis, deram seu sacrifício em defesa de nossa adorada Pátria. Foram estes mesmos seringueiros que derramaram seu sangue e perderam seus entes queridos, vencidos pela malária e outras enfermidades, para a conquista do Acre e para que, durante a Segunda Guerra Mundial, a Nação Brasileira se mantivesse em lugar de destaque perante ao resto do mundo, produzindo a borracha que levou os aliados à vitória. Não os seringalistas, que quase nunca pisavam estas terras e nos escravizaram durante anos, desde suas suntuosas mansões, erguidas com o nosso suor [...]. Fomos nós que produzimos a borracha que trouxe o progresso para a região amazônica e ao País. Foram nossos pais e avós que habitaram esta terra, quando ela ainda era terra de ninguém. Somos nós que, ainda hoje, habitam esta terra, produzindo o sustento de nossos filhos e netos.

Pelo trecho da carta às autoridades brasileiras, percebe-se que a redescoberta do passado por parte da comunidade é parte do processo de construção da identidade territorial do grupo

de seringueiros da comunidade Cazumbá. À identidade de ser seringueiro demarca o território reivindicado pelas das lembranças e das fronteiras do tempo presente a partir de elementos territoriais do passado, que fortalecem sua identidade de extrativistas. Ou como afirma Silva *et all* (2003) “a construção da identidade é tanto simbólica [expressa no passado] quanto social [depende das relações sociais estabelecidas no presente]”.

Nas relações estabelecidas com o local, algumas vezes as reivindicações da comunidade estão baseadas na natureza (acesso e uso dos recursos) e nas relações de parentesco (agregação familiar). A sustentação da identidade do grupo que habita o território da comunidade recai justamente em lembranças que os fazem encontrar vínculos familiares e uma organização social passada que, ao ser conduzida ao presente, alimenta o sentimento comum de pertencer ao mesmo grupo dos seringueiros. Essa distinção ocorre quando é construída uma necessidade de diferenciação. Como afirma Sousa (2002) “em situações cotidianas, a identidade do grupo fica latente ‘a espera’ de um momento preciso para se diferenciar de outras”.

Assim, os seringueiros da comunidade nutrem seu sentimento de pertencimento e reelaboram dia a dia os sentidos que os fazem orgulharem-se de ser o que são: extrativistas. Isso demarca a relação particular que o grupo social mantém com seu respectivo território, definida a partir dos saberes e da identidade coletivamente criados e historicamente situados. Além disso, os seringueiros estabelecem os vínculos afetivos que mantêm com seu território e com a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, bem como o uso social que dá ao território e as forma de defesa dele (LITTLE, 2002).

Isso denota a força histórica e a persistência cultural do grupo de seringueiros. A expressão dessa identidade não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com seu espaço, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (Little 1994). Portanto, o território do grupo está ligado à uma cultura, na qual historicamente estão definidos os vínculos entre os seus habitantes, de modo que o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais. Assim, a maneira específica como cada grupo constrói sua memória coletiva depende em parte da história de migração que o grupo realizou no passado – migrar do Nordeste para ajudar a desenvolver a Região Amazônica. Pois, a memória espacial nem sempre se refere a um lugar primordial de origem do grupo, mas pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos de reconstrução do tempo e do espaço de sua

experiência de contato no qual eles rememoram e reinterpretam eventos que vêm, declaradamente, do passado.

A identidade da comunidade Cazumbá parece sustentar-se em três pontos convergentes: a auto-identificação fundamentada em lembranças, a procedência comum e atribuições externas. Contudo, é interessante ressaltar que o grupo extrativista assim definido, só articula essas categorias em contexto de interação social. Isto é, para se relacionarem distintamente com outros grupos sociais.

Todavia, de acordo com Pinton & Aubertin (1997), é um erro considerar as populações de coletores como uma população homogênea. Encontram-se no meio da Resex Cazumbá-Iracema, comunidades indígenas, caboclos originários de um longo processo de mestiçagem, descendente de origem nordestina que chegaram na época fausta da borracha. Assim para cada grupo, as ligações com o extrativismo são diferentes, como são diferentes as tradições de luta coletiva. Desta forma, pode-se considerar que a reserva extrativista, como modelo de auto afirmação da identidade, é vista como a solução para história social particular de reivindicações fundiárias localizadas do grupo em questão.

Assim, a interação social, na qual está inserida a comunidade, desencadeou seu processo de organização e afirmação identitária. Ou seja, a comunidade extrativista, que produz e se reproduz na mesma terra dos antepassados seringueiros, reafirma sua disposição de lutar pela preservação ou retomada do território com organização e determinação.

A discussão volta-se para o jogo de interesses sobre o uso da terra e seus recursos, o debate deve partir da noção de organização da comunidade, no sentido de contribuir para se compreender a movimentação desses interesses e a relação que eles mantêm com o ser seringueiro.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A origem da organização é a complexidade da idéia de caos, a complexidade da relação desordem/interação/encontros/organização (MORIN, 1997), assim, podemos afirmar que tudo, em verdade, é *relação*. Tais relações são construídas em territórios dotados tanto por interações e repulsas, relações organizacionais de grupos de indivíduos que se comunicam para determinados fins. Não basta as inter-relações existirem elas devem que estar associadas a idéia de organização para que se tornem organizacionais (MORIN, 1997).

O conjunto de relações organizacionais acaba por compor sistemas, que são totalidades organizadas, compostas por elementos solidários que só podem definir-se uns em relação aos

outros em função do lugar que ocupam nesta totalidade (SAUSSURE apud MORIN, 1997). Também nas organizações sócias, as inter-relações ou ligações podem ir da associação (ligação de indivíduos que conservam fortemente a sua individualidade) à combinação (que implica uma relação mais íntima e mais transformacional entre elementos que determina um conjunto mais unificado). As ligações podem ser garantidas conforme pode ser verificado abaixo:

QUADRO 4 - DAS LIGAÇÕES (INTER-RELAÇÕES)

Por dependências fixas e rígidas	Território, ecossistema
Por inter-relações ativas e interações organizacionais	Formas de organizar, núcleos, vizinhos, família
Por retroações reguladoras	Instituições Externas (Ibama, Incra), ações fiscalizadoras
Por comunicações informacionais	As formas de comunicação do eu com o outro, a Educação, a cultura

As famílias da Comunidade Cazumbá, após várias gerações de servidão, ao contrário de muitas famílias de coletores que apresentaram dificuldades para esquecer a figura patronal nos seringais, estabeleceram decisões coletivas em torno da criação da reserva extrativista a partir de pressupostos de identidade e territorialidade do grupo. As decisões dessa comunidade foram tomadas em consonância com o interesse coletivo, apoiado em redes importantes de parentesco e de vizinhança, diferenciando-se das reservas extrativistas nas quais as dinâmicas sociais reproduzem o modelo de paternalismo e de clientelismo.

O extrativismo patronal e puro, que coíbe qualquer outra atividade que não seja a coleta dos produtos florestais está praticamente extinto no Acre; o extrativismo se coloca como mais um dos sistemas de produção do estado.

Historicamente, a comunidade Cazumbá se organizou em decorrência da ameaça de perda do seu território. A partir do final da década de 1970, a expansão do projeto de Colonização Boa Esperança, criado pelo Incra atinge o seringal Iracema, localizado no rio Caeté, afluente do rio Iaco, onde encontra-se a comunidade Cazumbá. Diante dessa situação, os líderes da comunidade organizaram-se, concentrando alguns moradores das colocações em um único núcleo habitacional com o objetivo de impedir o loteamento da área pelo Incra e especulação de suas terras com o avanço da agropecuarização em curso – processo que geralmente acompanha a criação de Assentamentos criados pelo Incra.

Essa ação dos líderes comunitários, além de fixar os moradores no local em função das peculiaridades do seu sistema de trabalho e de organização produtiva proporcionou a titulação

coletiva de uma área de aproximadamente de dezessete mil hectares (17.000 ha) de terra em nome da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC).

Portanto, a ASSC se formou para defender o direito de ocupação e uso do território dos seringueiros. A Associação foi criada formalmente em 1993 e conta atualmente com sessenta e sete (67) sócios, a maioria constitui-se de moradores da própria comunidade Cazumbá. Esse número de sócios faz parte das vinte e nove (29) famílias que residem no Centro Comunitário, local de funcionamento da ASSC.

A Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, como já foi delineado no capítulo anterior, tem atualmente cinco associações de seringueiros²⁷, porém a Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC) se destaca por ser a única legalmente regularizada e por possuir uma história diferenciada que marca a criação da Resex Cazumbá-Iracema pela história de luta por seu território.

Dentro do processo de defesa de seu território, algumas ações foram consolidadas pela ASSC. Em 1999 representantes da Associação procuraram a unidade do Ibama, no município de Sena Madureira, em busca de apoio e informações sobre as possibilidades de implantação de um projeto de criação de animais silvestres e sobre a melhor forma de proteger o seu território. O Ibama acatou a demanda da Associação e concluiu que a criação de uma Reserva Extrativista seria a melhor forma para garantir a sobrevivência da comunidade e a manutenção de seus hábitos e costumes, fundamentais para conservação dos recursos da floresta.

A partir de então, o Ibama realizou várias reuniões com representantes da Associação e com os moradores de outros seringais, ao longo do rio Caeté, que viviam na mesma situação de incerteza quanto à sua permanência no território devido ao avanço de frentes colonizadoras do Incra. Os moradores das outras comunidades passaram a incorporar a idéia de criação de uma Reserva Extrativista como solução para a garantia de sua permanência nas suas respectivas colocações bem como resolução de grandes problemas fundiários no estado do Acre.

Diante desta perspectiva, o Ibama ampliou o estudo para toda a bacia do rio Caeté, abrangendo aproximadamente duzentas (200) colocações em uma área maior que setecentos mil hectares (700.000 ha), constituída de uma floresta praticamente intacta. Para a

²⁷ cinco associações constituídas na área da Reci: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá; Associação dos moradores do Seringal Cuidado; Associação Forte Veneza; Associação dos Moradores do Seringal Seguro e Associação dos Seringueiros Santos Dumont.

Comunidade Cazumbá, a criação de uma Reserva garantiria o uso dos recursos florestais para gerações futuras, tornando-se uma barreira contra a exploração desenfreada da madeira e outros produtos na região em processo de expansão.

A proposta da criação da Reserva Extrativista que a comunidade denominou de Cazumbá-Iracema ganhou muitas adesões e recebeu manifestações de apoio de inúmeras entidades representativas e do município de Sena Madureira. Entre os quais se destaca o apoio da Igreja Católica por meio da atuação do Padre Paulino Baldassari²⁸.

O fortalecimento das instituições locais foi importante no sentido de promover a descentralização da gestão dos recursos, entendendo-se por descentralização uma nova forma de distribuição das responsabilidades entre um Estado mais descentralizado e as coletividades locais, concebendo-se novas modalidades institucionais e jurídicas para tal articulação.

Os anseios pertinentes à criação da Reserva Extrativista de Cazumbá-Iracema (Reci) fazem parte da carta enviada pelo Presidente da Associação, em nome de todas as comunidades ao Presidente da República e demais autoridades. Nessa carta, o presidente da Associação enfatiza:

Somos hoje mais de 200 (duzentas) famílias, que mantêm até hoje os mesmos costumes e tradições de nossos antepassados e estamos resistindo até hoje a todas as dificuldades que nos foram apresentadas. Quando soubemos da possibilidade de garantir nossos direitos através da criação de uma Reserva Extrativista, pensamos que finalmente poderíamos ter nossos sonhos realizados e garantidos o nosso direito legal pela posse e uso da nossa terra.

A Carta da Associação, além de dar notoriedade à criação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, demonstrou que esse movimento não era apenas da Associação da Comunidade Cazumbá, mas de todas as demais famílias de seringueiros da região. Isso reforçou o papel da mobilização que a comunidade Cazumbá exerceu no processo de criação da Reci junto às demais associações.

Contudo, na Carta, também, é possível observar que o processo de regularização fundiária da área destinada à criação da Reserva Extrativista teve alguns percalços, principalmente levando-se em consideração as ações do Incra e de proprietários que se

²⁸ É interessante destacar que a igreja Católica teve um importante papel na articulação do núcleo comunitário em torno do processo de formação da organização da comunidade. Conforme Becker (2004), as associações religiosas são importantes parceiros externos em comunidades rurais.

intitulavam “donos” de propriedades dentro da área requerida. A exemplo disso, o presidente da Associação afirma:

Hoje, quando já estamos quase na reta final [da criação da Resex], outros problemas começam a surgir. O INCRA havia informado, durante o Processo, que quase toda área definida para criação da Reserva Extrativista era terra da União, arrecadada ou desapropriada. Agora, além da parte que o INCRA insiste em nos tomar, pessoas se apresentam se dizendo donos das terras onde moramos há muitos anos. Soubemos que foi solicitado que se fizesse a identificação de todas as terras “ditas privadas”, dentro da área proposta para a nossa Reserva, isto porque, por determinação do Senhor Presidente da República, somente se criassem Unidades de Conservação em terras públicas. Ora, sabemos que antes que estas pessoas se tornassem “donos”, todas as terras eram públicas, sendo questionado a forma como as terras públicas foram passadas às mãos destas pessoas que nunca as ocuparam de fato. Caso assim é o Seringal Santa Helena, entre outros, no rio Caeté, onde nunca vimos nenhum de seus “donos” na área e agora eles se intitulam “proprietários” de 450.000 hectares. Afirmamos que estes “proprietários” nunca pisaram aquelas terras e nunca nela nada produziram e temos quase certeza que eles nunca pagaram os impostos devidos pela propriedade, fato este que solicitamos que seja confirmado.

É importante ressaltar que o processo de regularização fundiária desencadeou alguns conflitos devido à confrontação com o Projeto de Colonização Boa Esperança, criado pelo Incra, e a desapropriação de áreas privadas. Nesse momento, as Associações Comunitárias tiveram um papel preponderante no sentido de pressionar os órgãos competentes pela regularização da situação fundiária do território. Processo que surtiu efeito a partir das reivindicações feitas na Carta às autoridades do governo brasileiro.

Após a regularização das terras destinadas para criação da Reserva Extrativista, o Ibama, juntamente com as Associações, iniciou o processo de Cadastramento das famílias, visando o Contrato de Concessão de Uso da área pelos seringueiros. Nesse momento foi realizada a primeira versão do Plano de Manejo, em 2003, após o Levantamento Socioeconômico das Comunidades.

De acordo com o próprio órgão executor (Ibama), tanto na elaboração quanto na execução do Plano de Manejo da unidade de conservação, a comunidade deve estar em consonância de interesses e comungando de necessidades comuns; para isso é importante a organização da comunidade em cooperativas e/ou associações para melhor articular os seus interesses junto aos órgãos externos.

Além disso, alguns projetos foram delineados pelos órgãos gestores e a comunidade, no sentido de consolidar a proposta de implantação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. São eles:

- **Estrutura de Gestão da Reserva do Cazumbá-Iracema:** esse projeto teve como objetivo estabelecer a gestão participativa na Reserva, por meio da composição de associações de moradores, da sensibilização e mobilização social, da capacitação dos atores para a atuação como conselheiros e da criação e implantação do Conselho Deliberativo. O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) foi o órgão financiador e a Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá foi a responsável pelo projeto com a constante intervenção do Ibama. O projeto teve início em julho de 2004, com previsão de término para julho de 2006.

- **Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema – Um Modelo de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade por Comunidades Tradicionais da Amazônia:** Esse projeto integra o Programa Biodiversidade Brasil-Itália e tem como objetivo geral melhorar a qualidade de vida e a segurança alimentar da população residente na Reserva, viabilizando soluções baseadas predominantemente no uso sustentável da biodiversidade natural. A Cooperação Internacional Brasil-Itália é financiadora, tem como responsável o Ibama e como parceiros a Embrapa/Acre, comunidade da Reserva do Cazumbá-Iracema, Universidade Federal do Acre (Ufac), Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar do estado do Acre (Seprof), Prefeitura Municipal de Sena Madureira, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Grupo de Trabalhos Amazônicos (GTA). Previsão de início das atividades: julho de 2006.

- **Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA),** tem como objetivo proteger uma amostra ecologicamente representativa da biodiversidade da Amazônia, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da região. Principais doadores: Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), gerido pelo Banco Mundial; KFW (Banco de Cooperação da Alemanha) e WWF. Início das atividades do Programa na Reserva: julho de 2006, o término das atividades do Programa está previsto para serem concluídas em 2008.

- **Crédito Instalação** - o objetivo desse programa é garantir a alimentação básica e a aquisição de ferramentas, animais e insumos indispensáveis ao início da atividade produtiva de projetos de assentamento e reservas extrativistas, visando ainda possibilitar a fixação da unidade familiar mediante edificação de moradia. É concedido de forma individual, sendo que a sua aplicação deverá ser coletiva. O Governo Federal, por meio do Incra é financiador, a Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá é a responsável pela execução e tem como

parceiro o Ibama. O programa iniciou em agosto de 2004 e está com data de término da primeira fase: junho de 2006.

A organização da Comunidade Cazumbá, portanto, apresenta uma trajetória interessante, baseada em regras de convivência eficazes que resultam em comprometimento e respeito pelo meio em que vivem. Suas características importantes são: a liderança, o companheirismo, a solidariedade, a força de trabalho e uma forte consciência ambiental e cultural: ser o verdadeiro “povo da floresta”. Essa consciência pode ser evidenciada na Carta do presidente da Associação, quando assim se pronuncia:

Somos nós verdadeiramente povos da floresta e população tradicional, que cultivam a terra e extraem da floresta os produtos que ainda hoje movem o mundo. Somos nós os verdadeiros preservacionistas que, mesmo passados quase duzentos anos, ainda moramos nas mesmas colocações e tendo a floresta ao nosso redor. Somos nós os verdadeiros responsáveis pela posição de destaque da Amazônia brasileira, como pulmão do mundo e que, em função disto muitos recursos tem trazido para o nosso País. Somos nós que mesmo com a falta de uma política para o setor e com a queda de preços, continuamos habitando a floresta e defendendo-a para, conforme o preceito constitucional, a presente e futuras gerações.

A forma de organização da comunidade em torno do uso dos recursos naturais com responsabilidade, sem comprometer a biodiversidade, foi reconhecida nacionalmente em 2004 com o Prêmio Chico Mendes na Categoria Associação Comunitária. Em 2002 a comunidade já havia ficado em segundo lugar na mesma categoria.

A associação da Comunidade Cazumbá tem desempenhado papel de grande importância enquanto organização social. Percebe-se que ela atua como elo de ligação entre a produção extrativista e o capital comercial e financeiro, bem como na integração dos setores a ela associados, contribui decisivamente para maior socialização de sua produção.

A Associação dos Seringueiros do Cazumbá é formada por cinco Comissões e um Conselho, sendo que cada uma se compõe de um coordenador e um ajudante. Estas equipes têm a função de zelar pelo patrimônio da comunidade e manter em funcionamento todos os setores. Assim existe a Comissão de Energia; a Comissão de Fauna; a Comissão de Produção; a Comissão de Transporte; a Comissão de Comunicação e um Conselho de Escola, da Escola Municipal Cazumbá.

Para a Associação é importante que todas as famílias estejam conscientes dos critérios e regras estabelecidas pelas lideranças, para se manterem no espaço físico determinado, para suas moradias e suas tarefas produtivas. Essas regras são: participar da associação, das

atividades religiosas, dos projetos desenvolvidos na comunidade (artesanato, criação de animais silvestres, etc.).

Dentre as atividades desenvolvidas atualmente pela associação comunitária estão:

- a pecuária: atividade importante para o sustento da família. A comunidade tem consciência de que a criação de 300 cabeças de gado não deve prejudicar o meio ambiente.

- Três projetos de criação de animais silvestres: 1) criação de jabutis associado à plantação de pupunha para alimentar esses animais; 2) criação de capivara; e 3) criação de porco-do-mato. Os produtos desses dois últimos projetos servem para alimentar as famílias e para comercialização, de forma controlada, os filhotes, e as carnes.

O associativismo, portanto, como instrumento de organização comunitária, articulou o modo de ser e de viver dos moradores entre as relações passadas e presentes. Assim, a terra significa autonomia, patrimônio familiar ou coletivo de reprodução social e cultural, mas que também tem uma função econômica. Os seringueiros não apenas utilizam a terra nua e sim o ecossistema em que interagem e constroem sua cultura florestal e extrativista. Contudo, segundo Rego (2005) é enganosa, a idéia de um extrativismo puro, já que a floresta, como hábitat do homem e por meio dele, sofre constantes alterações.

É necessário destacar que o associativismo dos seringueiros da Reci baseia-se em um sistema calcado no trabalho e não no lucro capitalista, mas tem, sobretudo, como objetivo a superação das dificuldades, a solução dos problemas e a geração de benefícios comuns aos associados e suas comunidades. Portanto, é significativa a questão de que a associação exista quando as necessidades e objetivos comuns se originam no seio da comunidade. Esse aspecto é bem demarcado na Associação da Comunidade Cazumbá. Considera-se, portanto, que a associação comunitária é agente de transformação legitimada pelos seringueiros na construção de um novo espaço social e na luta por esse espaço eivado de simbologia da cultura extrativista na região.

É de fundamental importância a organização da comunidade em associações para melhor articular os interesses junto aos órgãos externos. E é exatamente neste aspecto que se encontra o desafio da sustentabilidade das reservas extrativistas, como usar de forma sustentável os recursos naturais, conservar a biodiversidade e a sociodiversidade, ser atendida pelos serviços do Estado dentro da Resex (saúde, educação, fiscalização e controle) e ter participação econômica de seus produtos no mercado.

4.3 EXTRATIVISMO: ENTRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Dentro do que foi delineado até aqui, o extrativismo é um elemento importante na combinação dos componentes da questão ambiental e das práticas locais de uso dos recursos naturais. De acordo com Emperaire (2000: 421), o “extrativismo designa os sistemas de exploração dos recursos naturais destinados à comercialização”. O extrativismo como atividade econômica, diz respeito à extração de produtos florestais e se distingue da coleta pelo fato de trabalhar com produtos destinados ao mercado local ou internacional. Contudo, o extrativismo, enquanto reprodução social do grupo constitui uma cultura não só material, mas acima de tudo uma memória histórico-cultural que liga o grupo ao território e lhe conferem uma noção de identidade em relação a outros (LAZARIN, 2002).

Portanto, o extrativismo é um instrumento de análise importante para conhecer a Amazônia e os povos que nela vivem. O caminho para a construção da sustentabilidade das comunidades amazônicas passaria, então, pela afirmação da cidadania social (extrativistas como grupo social) econômica e política, levando-se em consideração a sua identidade territorial. Assim, quanto mais se ratificam essas vertentes da cidadania, maior é a garantia de que a velocidade pode ser limitada em relação a degradação dos recursos, ao mesmo tempo em que os benefícios da modernidade encontram a possibilidade de difusão.

De acordo com Santos (apud LAZARIN, 2002), os diferentes tipos de utilização do território pelos grupos humanos fazem com que coexistam, no espaço nacional, povos, regiões e lugares evoluindo em velocidades e tempos diversos. A idéia de um mosaico de estruturas socioeconômicas, evoluindo no mesmo território em tempos diferentes, cujas velocidades devem ser respeitadas, é de grande valia para referendar o tipo de conceito de desenvolvimento que se busca. Esse mosaico é uma realidade em todo o território brasileiro, o que aponta para a relevância de projetos regionais dentro de uma política nacional de desenvolvimento.

Portanto, um dos aspectos importantes na definição de comunidades extrativistas é a existência de formas de manejo dos recursos naturais determinados pelo respeito aos ciclos naturais, nunca explorando os recursos além do limite da capacidade de sua recuperação natural. Essas formas de exploração se revelam não somente economicamente viáveis, mas principalmente detentoras de conhecimentos herdados pelos comunitários de seus antepassados (ARMELIN, 2001).

Uma das propostas para a promoção do manejo florestal sustentável e a conservação dos recursos naturais na Amazônia é a criação das Reservas Extrativistas, onde a população que habita a região se encarregaria de tornar a floresta produtiva. A proposta de criação de uma Reserva Extrativista seria única no sentido de combinar objetivos de justiça social, desenvolvimento socioeconômico, manejo sustentável e proteção da Amazônia. Três perspectivas, portanto, devem ser consideradas: o desenvolvimento sustentável deve considerar a participação da população local, bem como a sua cultura e a aptidão para que se tornem aliados na conservação da natureza; a importância do extrativismo na conservação da natureza deve também servir como instrumento para a manutenção da cultura da população local; e a alternativa ecológico-econômica deve ser para as populações locais e não para diversificação da produção.

Assim, a chave para o desenvolvimento sustentável talvez seja a busca do bem estar coletivo. A chamada qualidade de vida não depende apenas daquilo que cada um pode assegurar para si via consumo, mas como destaca Herculano (apud LAZARIN, 2002) depende ela de alguns requisitos:

- 1- Níveis de conhecimento e tecnologia já desenvolvidos e os mecanismos para o seu fomento;
- 2- canais institucionais para participação e geração de decisões coletivas e para resolução de dissensos;
- 3- mecanismos de acesso à produção (financiamento);
- 4- mecanismos de acessibilidade ao consumo (distribuição de renda, de alimentos e acesso aos equipamentos coletivos – água, luz, saneamento...).
- 5- canais de democratizados de comunicação e informação;
- 6- proporção de áreas verdes para a população; proporção de áreas de biodiversidade protegidas;
- 7- organismos governamentais e não governamentais voltados para a implementação da qualidade de vida.

Portanto, o sucesso econômico de uma Resex depende de uma organização comunitária forte e decidida e das habilidades de seus manejadores na elaboração de estratégias de comercialização (busca de melhores preços para seus produtos). Desta forma, uma estratégia é a formação de cooperativas e associações e a outra pode ser a diversificação

de produtos florestais ou agrícolas produzidos e extraídos na Resex para a garantia de mercado aos moradores.

Contudo, a combinação de sucesso se dá pelo engajamento de instituições governamentais feitas a partir de parcerias com a comunidade, para promover a gestão local dos recursos naturais e da cultura da população. É importante que as ações do governo levem em consideração a preservação da cultura das populações extrativistas nesse processo.

A identidade deve ser autoconstruída. Ou seja, as comunidades extrativistas devem ser caracterizadas por possuírem organização social e econômica com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando assalariados para sua produção. Uma das características mais importantes desse modelo de produção é o conhecimento que as famílias possuem a respeito dos ciclos naturais e de como manejá-los, sendo esse um importante instrumento para a conservação dos recursos naturais já que a sustentabilidade deste modo de vida é completamente dependente dos recursos do seu território. Ou como afirma Armelin (2005: 14) “a conservação dos recursos naturais é um fator cultural”.

No Acre, a ocupação do território e a sua formação econômica deram-se, como em boa parte da Amazônia, pela busca dos produtos florestais. Mesmo com as transformações socioeconômicas, que ocorreram na dinâmica da região, a floresta, onde as populações extrativistas permanecem até hoje, continua relativamente intacta. Nas florestas do Acre começaram as primeiras ações dos seringueiros no sentido de organizar e fazer uma nova reforma agrária que respeitasse o *ethos* de extrativista. Como resultado do movimento dos seringueiros acreanos foi elaborada a proposta de Reserva Extrativista.

Ao discutir sobre organização social é importante discutir território. O território não depende somente de seus limites e do que nele é explorado, existe uma série de relações sociais que determina seu tamanho e forma de utilização. Nas comunidades de seringueiros o território tem dimensões definidas pelo respeito aos recursos territorializados.

Isso acontece porque as populações que vivem nas florestas têm, em função do relativo isolamento e da forte influência do meio natural, um modo de vida e uma cultura diferenciados. Seus hábitos dependem dos ciclos naturais, e a forma como apreendem a realidade e a natureza é baseada não só em experiência e racionalidade, mas também em valores, símbolos, crenças e mitos. Essa simbiose homem-natureza, presente tanto na prática de produção quanto nas representações simbólicas do ambiente, permite que tais sociedades acumulem vasto conhecimento sobre os recursos naturais.

As práticas extrativistas e ecologicamente sustentáveis usadas para explorar os recursos naturais dependem do nível de desenvolvimento das forças de produção e das formas de organização social, mas são determinadas por elementos culturais. A organização social e os valores culturais são os principais fatores responsáveis pelas formas de organização social e culturas distintas, que dão lugar a diferentes racionalidades e representações do ambiente natural.

Dentro dessa perspectiva, a especificidade da Comunidade Cazumbá, quanto à intervenção das populações locais nos ecossistemas naturais, dá-se a partir da diversificação do uso dos recursos em sistemas de coleta, cultivo e criação de animais. Tais sistemas de manejo estão fundados na cultura da comunidade e favorecem uma relação harmônica com a natureza.

O extrativismo não deve ser a única atividade econômica da Reserva, embora atualmente seja sua base de sustentação. Além disso, a melhoria das condições de vida dos moradores deve ser buscada por meio da introdução de atividades que não causam grande impacto ambiental. A base da mudança deve ser o associativismo capaz de fazer a gestão da reserva de forma co-participativa, de forma a encontrar soluções para a independência no abastecimento e comercialização de seus produtos.

É importante destacar que a realidade das Reservas até agora criadas, o debate com os moradores das mesmas, a análise das atividades econômicas por eles praticadas, junto com as propostas e anseios manifestadas pela comunidade tem contribuído para um repensar dos princípios que norteiam o modelo de implantação de uma reserva extrativista.

Pode-se considerar que as Reservas Extrativistas como resultado da história do extrativismo na Amazônia sintetizam vários ideais perseguidos pela sociedade atual, tais como: equilíbrio entre desenvolvimento, conservação ambiental e justiça social; participação da sociedade como agente e não como objeto do processo, onde as reservas são auto-geridas pelos moradores; respeito e aperfeiçoamento do saber popular, onde a experiência e sabedoria dos moradores, que convivem com o território há muito tempo, sejam importantes para a elaboração do plano de utilização de uma reserva; e diminuição dos custos de proteção das florestas uma vez que os moradores se constituem seus defensores.

Portanto, a criação das reservas extrativistas é apenas um componente dos vários elementos na discussão dos modelos de desenvolvimento regionais, que incorporam desenvolvimento sustentável, conservação dos recursos e, sobretudo, respeito às comunidades

locais. Pois é preciso compreender que a atividade extrativista contempla pelo menos metade da população rural da Amazônia e constitui um componente na renda de famílias inteiras das regiões mais longínquas da floresta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais assinalam a importância das organizações sociais locais para a manutenção e fortalecimento da identidade do território das populações que residem em Reservas Extrativistas na Amazônia.

Os debates sobre a sustentabilidade e os modos de viver harmoniosamente com o meio ambiente, principalmente pelo o enfoque da economia ecológica levantaram a questão do papel das populações extrativistas no processo de desenvolvimento quanto ao melhor aproveitamento dos recursos naturais e as formas de garantir a sobrevivência dos grupos humanos que habitam a Amazônia. Assim, a proposta do trabalho aqui evidenciado pretendeu contribuir para o debate ambiental sobre desenvolvimento sustentável, dirigido principalmente para áreas onde grupos sociais mantêm tradicionalmente um modo de vida assentado em práticas agroextrativistas.

A idéia de um mosaico de estruturas socioeconômicas, evoluindo no mesmo território em tempos diferentes, cujas velocidades devem ser respeitadas, é de grande valia para referendar o tipo de conceito de desenvolvimento que se busca. Esse mosaico é uma realidade em todo o território brasileiro, o que aponta para a relevância de projetos regionais dentro de uma política nacional de desenvolvimento.

A presente pesquisa buscou refletir sobre a experiência de gestão local dos recursos naturais implementadas por uma das comunidades da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. A análise foi feita a partir da identidade territorial do acesso e uso aos recursos, assim como as instâncias e procedimentos de criação, aplicação e controle das normas coletivas de gestão de tais recursos. A reação e resistência da comunidade Cazumbá surgiu, sobretudo, diante do quadro de intensificação da exploração desenfreada do território, que modificaram as relações de trabalho, a partir da introdução de novas formas de trabalho e de relação com o ambiente e a iminência da perda da identidade territorial dos moradores locais.

Os problemas do acesso aos recursos, do direito dos coletores sobre as florestas exploradas e da melhoria de suas condições de vida foram levantados de forma perspicaz pelos seringueiros do Acre. Suas reivindicações levaram à elaboração de novas disposições jurídicas que permitiram a criação de Reservas Extrativistas. Essas Reservas são concessões atribuídas de forma coletiva a grupos que vivem tradicionalmente da exploração de produtos da floresta, tendo em vista a utilização sustentável de seus recursos. Dessa forma, a utilização do termo extrativista em sua designação é um reconhecimento cultural e social desses

utilizadores da floresta, mas não limita a valorização das Reservas apenas a este componente. Porém, no processo de implantação de uma nova forma de utilização dos recursos, uma diversificação das atividades de produção é necessária, ou seja, extrativismo sim, mas, também, agricultura de subsistência ou comercial, agroflorestal, pequena pecuária, caça e pesca sob forma não predatória (EMPERAIRE, 1997).

Assim, a organização de uma comunidade para um fim específico, também, a partir de uma mobilização social, no caso dos seringueiros do Acre ocupa um importante capítulo da história dos movimentos sociais no Brasil. Os seringueiros que formaram a reserva Extrativista Cazumbá-Iracema se mobilizaram pela manutenção da identidade e preservação da sua cultura extrativista ao longo de mais de dois séculos.

O processo de desenvolvimento de estratégias das comunidades locais na identificação de seus territórios de ocupação e na resistência no uso dos recursos tem favorecido a organização da comunidade na luta pelo reconhecimento de seus direitos costumeiros e na implementação de medidas de gestão comunitária dos recursos, cuja base social é a coletividade local - grupos de vizinhança, povoados, famílias, além de organizações profissionais (associação e conselhos).

Para comunidades fora do eixo das grandes cidades, a organização de grupos em associações é fator de sobrevivência para muitos desses grupos e fortalecimento de um estilo de vida, da identidade do grupo. As reservas extrativistas constituem um experimento social com todas as dificuldades de realização e riscos: social, econômico, pressão fundiária, educacional e, ainda, da continuidade das tradições e identidade.

Contudo, há que se ter o cuidado, o Estado tem papel fundamental nisso, com o paradigma de desenvolvimento sustentável, ao que se refere a valorização da Amazônia, restringe-se a uma modesta tentativa de regulação territorial, que se vê pela criação de “arquipélagos de natureza”, no meio de um vasto espaço produtivo delimitado por eixos de comunicação e de, muitas vezes, pólos industriais.

O desafio também se traduz na dificuldade de se manter ecologicamente sustentável e socialmente justo. Outra dificuldade é a organizativa de comunidades que possam se fortalecer o ideal de cidadão da floresta com dignidade.

Verifica-se diante da experiência da Comunidade Cazumbá, que a criação de uma reserva não pode ser concebida de forma independente do contexto local, já que ela altera de certa forma, as relações de força ali existentes, podendo criar novas contradições sem ter

resolvido os tradicionais conflitos de uso e controle social sobre os recursos. Assim, em meio a questão da preservação dos recursos naturais coloca-se também como pertinente a questão do manejo territorial pela comunidade.

Portanto, as atividades desenvolvidas pelas populações dentro das reservas extrativistas - como exploração dos produtos da floresta para fins comerciais - não pode ser apenas testemunho de mais um dos ciclos econômicos vividos pela região amazônica. Mas deve ser sobretudo, o reflexo dos movimentos sociais e de suas reivindicações que colocaram no centro do debate a gestão dos ecossistemas florestais relacionados aos problemas socioecológicos surgidos no território amazônico.

É preciso perceber o lugar do extrativismo no desenvolvimento regional e como ele pode adaptar-se as mudanças ecológicas e sociais que afetam a Amazônia brasileira atualmente, levando-se em consideração que o extrativismo pode ser incorporado pelas novas formas de gestão da floresta que associam conservação e desenvolvimento.

Nesse sentido, a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema constitui-se em uma relevante experiência que contou com a organização da comunidade voltada para a afirmação de sua identidade com o território, aliado à prática do que se propõe como desenvolvimento sustentável. Pode-se considerar, portanto, que o desenvolvimento sustentável a partir da experiência de reservas extrativistas pode ter sua realização alcançada através da organização comunitária baseada na identidade de seu território, de seus costumes e de suas tradições.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa E. e CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: Guardiões de Matas e Rios*. 2ª ed., Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- ALLEGRETTI, M. *Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. In: ARNT, R.A. O Destino da Floresta. Relume Dumará. Curitiba. 1994. p. 17-48.
- ALTVATER, Elmar. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, Agnes et. All. (Orgs.). *A crise dos Paradigmas em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ANDERSON, Antony. (et all) O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais - Fundação Konrad Adenauer, 1994.
- ARMELIN, Mauro José Capassoli. Identificação e Caracterização de Áreas e comunidades com potencial para o desenvolvimento de sistemas comunitários de produção florestal no Estado do Amapá. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Florestais). São Paulo: USP, 2001.
- BARRETTO FILHO, Henyo. “Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção”. In: Palestra apresentada no Workshop *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. Parati, 2001.
- BASTOS, C. M. C. B. Conflitos Ambientais Urbanos em Área de Ressaca: um estudo da Comunidade Negra Lagoa dos Índios em Macapá/Ap. 2006, *Dissertação* (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.)
- BECKER, Berta K. *Amazônia: geopolítica na virada do III*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988*. Senado Federal, Brasília, 2002.
- BRITO, Daguiete M. C. A construção do espaço público na Gestão ambiental de unidades de conservação: o caso da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú. Brasília, *Dissertação* (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), CDS-UnB, 2003.
- BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. 2ª ed., São Paulo: Annablume : Fapesp, 2003.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem (Org.). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CALAÇA, Manoel. Características da Pequena Produção no Estado do Acre. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1983.
- CALIXTO, Valdir de Oliveira et all. *Acre: uma história em construção*. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre, 1985.
- COSTA FILHO, Orlando Sabino da. Reserva Extrativista: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- DIEGUES, A. C. S. *Populações tradicionais em Unidades de Conservação: o mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, 1994.
- DIEGUES, Antônio Carlos. (org.). *Desmatamento e modos de Vida na Amazônia*. São Paulo, 1999.
- EMPERAIRE, Laure. *A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas do Sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil movimentos sociais, ongs e redes solidárias. Editora Cortez. São Paulo (Coleção questões da nossa época) –2005.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Ed.FASE, Petrópolis, 1987.
- HAESBAERT, R. Concepções de território para a entender a desterritorialização. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGEU-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IBAMA. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. 2003.
- INCRA, Relatório da Estrutura Fundiária do Estado do Acre, março 2006.
- LAZARIN, KATIUSCIA MARIA. *Mulheres e sustentabilidade na Amazônia*. *Rev. Estud. Fem.*, Jan. 2002, vol.10, no.1, p.248-250. ISSN 0104-026X.
- LEFF, Henrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: *Série Antropologia*. Brasília, 2002.
- MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: um análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPAE/INPES, 1978.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio. *A Formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MICANO, Miguel Serediuk. THEULEN, Verônica(org.). II Congresso Brasileiro de Unidades de conservação. *ANAIS*, Vol. I Conferências e Palestras, 1997.
- MILLER, Kenton R. Evolução do conceito de áreas de proteção - oportunidades para o século XXI. In: *Congresso Brasileiro de UNIDADES de CONSERVAÇÃO*. Curitiba: Anais Curitiba, 1997.

PÁDUA, M. T. J. *Unidades de Conservação muito mais do que atos de criação e planos de manejo*. In: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ATALIDADES E TENDÊNCIAS. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

PAULA, Elder Andrade de. *(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PAULA, Elder Andrade de. *A Conquista da Terra nas Florestas do Acre*. Rio Branco, 1998 (no prelo).

PINTON, Florence & AUBERTIN, Catherine. O Extrativismo entre Conservação e Desenvolvimento. In: CASTRO, Edna e PINTON, Florence (orgs.). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, SP.1993.

REGO, José Fernandes. Amazônia: do extrativismo ao neoeextrativismo. In: <http://cienciahoje.uol.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch147/opiniaio.rtf>. Acessado em 03.08.2006.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANT'ANA, Marcílio Ribeiro. *Os imperadores do Acre: uma análise da recente expansão capitalista na Amazônia*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas: UNB, 1988.

SANTOS, José Vicente Tavares. Assentamento e Colonização: duas relações com o meio ambiente. In: ROMERO, Ademar et all (Orgs.). *Reforma Agrária: produção e renda da FAO. Relatório da FAO em debate*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, M. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17-38.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SILVA, Adalberto Ferreira da. *Ocupação recente das terras do Acre: transferência de capitais e disputas pela terra*. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1982.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) et all. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Redes e Território: Uma Breve Contribuição Geográfica ao Debate sobre a Relação Sociedade e Tecnologia. In: *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VIII, nº 451, 15 de junio de 2003. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-451.htm> [ISSN 1138-9796]

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre*. Rio Branco: M. M. Paim, 1992.

SOUSA, Carlos Kleber Saraiva de. Identidade, Território e Interesses entre os Índios Jenipapo-Kanindé do Ceará. In: 23ª Associação Brasileira de Antropologia, 2002. <http://www.unb.br/ics/dan/geri/textos/kleber.htm>. Acessado em março de 2006.

THEODORO, S. H, CORDEIRO, P. F & BEZE, Z. *Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos*. II Encontro da ANPPAS, <http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT05/suzitheodoro.pdf> Campinas/SP. Acesso 19 de agosto de 2004.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural* – mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. Vol. I e II, 4ª ed., Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

TORO A., José Bernardo & WERNEK, Nísia M. D. *Mobilização social* – um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

www.cazumba.org. Acessado em 27.07.2006.

www.ibama.gov.br. Acessado em 27.07.2006.

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 2002

Cria a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, nos Municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, no Estado do Acre, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, nos Municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, no Estado do Acre, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2º A Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema abrange uma área de aproximadamente 750.794,70 ha (setecentos e cinquenta mil, setecentos e noventa e quatro hectares e setenta centiares), com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 68°50'37,55"WGr e 9°05'46,81"S, situado na margem esquerda do Rio Caeté, segue por esta margem, no sentido montante, por uma distância aproximada de 14.961,79 metros, até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 68°53'55,07"WGr e 9°07'53,58"S, localizado na foz do Igarapé Mimitem com o Rio Caeté; deste, segue pela margem esquerda do Igarapé Mimitem, no sentido montante, por uma distância aproximada de 17.339,62 metros, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 68°53'07,32"WGr e 9°16'08,44"S, localizado na margem esquerda do Igarapé Mimitem; deste, segue por uma reta de azimute 108°18'10" e distância aproximada de 1.327,86 metros, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 68°52'25,99"WGr e 9°16'22,00"S, localizado na Estrada da Cachoeira; deste, segue pela referida estrada, no sentido sudoeste, confrontando com o Projeto de Colonização Boa Esperança, por uma distância aproximada de 47.028,22 metros, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 69°04'01,12"WGr e 9°33'53,56"S, localizado na Estrada da Cachoeira; deste, segue, confrontando com o Seringal Santa Luzia, por uma reta de azimute 177°06'16" e distância aproximada de 12.479,93 metros, até o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 69°03'40,52"WGr e 9°40'39,41"S, localizado na margem esquerda do Rio Macauã; deste, segue pela margem esquerda do Rio Macauã, no sentido montante, por uma distância aproximada de 31.807,64 metros, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas

aproximadas $69^{\circ}12'12,02''$ WGr e $9^{\circ}48'03,80''$ S, localizado na margem esquerda do Rio Macauã com o Ponto P-14 da Floresta Nacional do Macauã; deste, segue confrontando-se com o limite da referida Floresta Nacional, por uma reta de azimute $304^{\circ}37'49''$ e distância aproximada de 20.338,58 metros, até o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}21'21,01''$ WGr e $9^{\circ}41'47,01''$ S, situado no Ponto P-13 da Floresta Nacional; deste, segue por uma reta de azimute $233^{\circ}30'00''$ e distância aproximada de 19.572,15 metros, até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}30'00,00''$ WGr e $9^{\circ}48'06,99''$ S, situado no Ponto P-12 da Floresta Nacional; deste, segue por uma reta de azimute $359^{\circ}54'54''$ e distância aproximada de 3.900,00 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}30'00,00''$ WGr e $9^{\circ}46'00,00''$ S, situado no Ponto P-11 da Floresta Nacional; deste, segue por uma reta de azimute $259^{\circ}11'16''$ e distância aproximada de 29.622,73 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}46'00,01''$ WGr e $9^{\circ}48'59,99''$ S, situado no Ponto P-10 da Floresta Nacional; deste, segue por uma reta de azimute $224^{\circ}36'26''$ e distância aproximada de 28.470,24 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}56'59,99''$ WGr e $9^{\circ}59'59,99''$ S, situado no Ponto P-09 da Floresta Nacional; deste, segue por uma reta de azimute $179^{\circ}50'00''$ e distância aproximada de 21.772,09 metros, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}56'59,99''$ WGr e $10^{\circ}12'00,00''$ S, situado no Ponto P-08 da Floresta Nacional com a margem esquerda do Rio Macauã; deste, segue pela margem esquerda do Rio Macauã, no sentido montante, por uma distância aproximada de 37.817,37 metros, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas $70^{\circ}11'36,73''$ WGr e $10^{\circ}19'48,85''$ S, localizado na margem esquerda do Rio Macauã; deste segue, confrontando com o Seringal Vale do Rio Chandless, por uma reta de azimute $20^{\circ}54'12''$ e distância aproximada de 113.481,96 metros, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}49'17,03''$ WGr e $9^{\circ}22'21,52''$ S, localizado no limite da Terra Indígena do Alto Rio Purus; deste, segue por uma reta de azimute $74^{\circ}58'56''$ e distância aproximada de 7.116,46 metros, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}45'31,56''$ WGr e $9^{\circ}21'21,99''$ S, localizado no limite da Terra Indígena do Alto Rio Purus; deste, segue por uma reta de azimute $32^{\circ}29'29''$ e distância aproximada de 13.711,16 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}41'29,36''$ WGr e $9^{\circ}15'05,93''$ S, localizado no limite da Terra Indígena do Alto Rio Purus; deste, segue, confrontando com a Gleba Livre-nos Deus, por uma reta de azimute $66^{\circ}00'00''$ e distância aproximada de 43.499,97 metros, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}19'46,41''$ WGr e $9^{\circ}05'31,68''$ S; deste, segue, confrontando o Seringal Arez, por uma reta de azimute $61^{\circ}56'29''$ e distância aproximada de 16.656,93 metros, até o Ponto 19, de

coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}11'44,72''$ WGr e $9^{\circ}01'16,90''$ S; deste, segue, ainda confrontando com o referido Seringal, por uma reta de azimute $92^{\circ}00'11''$ e distância aproximada de 10.500,00 metros, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}06'01,01''$ WGr e $9^{\circ}01'28,99''$ S; deste, segue, confrontando o Projeto de Colonização Boa Esperança, com os seguintes azimutes e distâncias aproximadas: $112^{\circ}15'31''$ e 12.473,98 metros, até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas $68^{\circ}59'42,86''$ WGr e $9^{\circ}04'02,90''$ S; $102^{\circ}54'05''$ e 10.758,17 metros, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas $68^{\circ}53'59,32''$ WGr e $9^{\circ}05'21,06''$ S; $88^{\circ}34'44''$ e 2.499,96 metros, até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas $68^{\circ}52'37,44''$ WGr e $9^{\circ}05'19,01''$ S; $14^{\circ}23'08''$ e 1.749,87 metros, até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas $68^{\circ}52'23,22''$ WGr e $9^{\circ}04'23,82''$ S; $111^{\circ}38'21''$ e 3.633,81 metros, até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas $68^{\circ}50'32,53''$ WGr e $9^{\circ}05'07,41''$ S; deste ponto, segue por uma reta de azimute $187^{\circ}14'03''$ e distância aproximada de 1.219,71 metros, até o Ponto 01, ponto inicial desta descritiva, perfazendo um perímetro aproximado de 589.045,06 metros (quinhentos e oitenta e nove mil, quarenta e cinco metros e seis centímetros).

Parágrafo único. Fica excluída do polígono descrito no caput deste artigo uma área de aproximadamente 9.878,48 ha (nove mil, oitocentos e setenta e oito hectares e quarenta e oito centiares), com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto A1, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}09'39,12''$ WGr e $9^{\circ}10'49,63''$ S, situado na confluência do Rio Caeté com o Rio Canamari; segue pela margem direita Rio Caeté, no sentido montante, por uma distância aproximada de 30.297,43 metros, até o Ponto A2, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}18'11,27''$ WGr e $9^{\circ}15'37,83''$ S, localizado na confluência do Rio Caeté com o Igarapé São Paulo; daí, segue pela margem direita do Igarapé São Paulo, no sentido montante, por uma distância aproximada de 4.465,60 metros, até o Ponto A3, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}17'23,04''$ WGr e $9^{\circ}17'39,15''$ S, localizado na nascente deste igarapé; daí, segue por uma reta de azimute $172^{\circ}46'22''$ e distância aproximada de 2.795,21 metros, até o Ponto A4, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}17'11,59''$ WGr e $9^{\circ}19'09,46''$ S, localizado na nascente de um igarapé sem denominação; deste, segue por uma reta de azimute $46^{\circ}40'35''$ e distância aproximada de 2.483,54 metros, até o Ponto A5, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}16'12,32''$ WGr e $9^{\circ}18'14,02''$ S, localizado na nascente de outro Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda deste igarapé, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 6.139,45 metros, até o Ponto A6, de coordenadas geográficas aproximadas $69^{\circ}13'19,37''$ WGr e $9^{\circ}17'09,80''$ S, na confluência

deste Igarapé com o Rio Canamari; daí, segue pela margem esquerda do Rio Canamari, por uma distância aproximada de 18.016,65 metros, até o Ponto A1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro de aproximadamente 64.197,89 metros (sessenta e quatro mil, cento e noventa e sete metros e oitenta e nove centímetros).

Art. 3º As terras contidas nos limites descritos no art. 2º deste Decreto, pertencentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, serão transferidas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, na forma da lei.

§ 1º As terras referidas no caput serão objeto de compensação de área de Reserva Legal dos projetos agro-extrativistas, de assentamento e de colonização, criados pelo INCRA, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

§ 2º O IBAMA e o INCRA, em conjunto, baixarão as normas para a efetiva implementação deste artigo.

Art. 4º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo IBAMA, os imóveis particulares constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites descritos no art. 2º deste Decreto, nos termos dos arts. 5, alínea "1", e 6, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º Caberá ao IBAMA administrar a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação, formalizando o contrato de concessão real de uso gratuito com a população tradicional extrativista, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, nos termos dos arts. 3a 5º do Decreto nº 98.897, de 30 de junho de 1990.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de setembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Carvalho

Francisco Orlando Costa Muniz

Ao: Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil

Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente

Excelentíssimo Senhor Presidente do IBAMA

Senhor Coordenador Geral do CNPT

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre

Senhores Deputados e Senadores

Assunto: Criação da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.

1. A Comunidade do rio Caeté, afluente do rio Iaco, no Município de Sena Madureira é constituída na sua totalidade por seringueiros e descendentes destes, que habitam a região desde o início do século, quando da ocupação do território acreano pelos nossos pais e avós que, como heróis, deram seu sacrifício em defesa de nossa adorada Pátria. Foram estes mesmos seringueiros que derramaram seu sangue e perderam seus entes queridos, vencidos pela malária e outras enfermidades, para a conquista do Acre e para que, durante a Segunda Guerra Mundial, a Nação Brasileira se mantivesse em lugar de destaque perante ao resto do mundo, produzindo a borracha que levou os aliados à vitória. Não os seringalistas, que quase nunca pisavam estas terras e nos escravizaram durante anos, desde suas suntuosas mansões, erguidas com o nosso suor.

2. Fomos nós que produzimos a borracha que trouxe o progresso para a região amazônica e ao País. Foram nossos pais e avós que habitaram esta terra, quando ela ainda era terra de ninguém. Somos nós que, ainda hoje, habitam esta terra, produzindo o sustento de nossos filhos e netos. Somos nós verdadeiramente povos da floresta e população tradicional, que cultivam a terra e extraem da floresta os produtos que ainda hoje movem o mundo. Somos nós os verdadeiros preservacionistas que, mesmo passados quase duzentos anos, ainda moramos nas mesmas colocações e tendo a floresta ao nosso redor. Somos nós os verdadeiros responsáveis pela posição de destaque da Amazônia brasileira, como pulmão do mundo e que, em função disto muitos recursos tem trazido para o nosso País. Somos nós que mesmo com a falta de uma política para o setor e com a queda de preços, continuamos habitando a floresta e defendendo-a para, conforme o preceito constitucional, a presente e futuras gerações.

3. Muito se tem feito, durante estes longos anos de sofrimento, para nos expulsarem de nossas terras. Os seringalistas, ditos donos da terra (a terra é nossa), que vedem o que nunca ocuparam para fazendeiros, que transformam a floresta em pastagem; O INCRA, com

seus projetos de colonização, que traz pessoas estranhas para ocuparem nossas terras e o próprio Governo que nos abandona, sem saúde, sem educação e sem transporte, para que sejamos vencidos pelo cansaço ou para que morramos pela miséria. Mas nós nunca desistimos e como verdadeiros heróis nacionais, cujo reconhecimento nunca nos foi dado, vamos sempre continuar nossa luta para assegurar o que é nosso por direito.

4. Somos hoje mais de 200 (duzentas) famílias, que mantém até hoje os mesmos costumes e tradições de nossos antepassados e estamos resistindo até hoje à todas as dificuldades que nos foram apresentadas. Quando soubemos da possibilidade de garantir nossos direitos através da criação de uma Reserva Extrativista, pensamos que finalmente poderíamos ter nossos sonhos realizados e garantidos o nosso direito legal pela posse e uso da nossa terra.

5. Há três anos procuramos o IBAMA, como órgão responsável pela condução do processo de criação das Reservas Extrativistas, tendo recebido uma ótima acolhida. Iniciamos então o processo para criação da nossa tão sonhada “Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema”. Nos empenhamos ao máximo na esperança que tudo pudesse ser resolvido em um curto prazo. Esperança esta que foi ainda mais alimentada, quando, por duas vezes, pessoas ligadas à direção central do IBAMA, estabeleceram inclusive prazo para que o Decreto de Criação fosse publicado. Estes prazos foram se passando, e outros problemas foram surgindo, e até hoje o Decreto não foi assinado.

6. Durante todo o processo nosso principal entrave foi o INCRA, que desde 1.986, tenta se apossar de parte da área ocupada pelos seringueiros para implantação de Projetos de Assentamento e até hoje sustenta a sua posição, afirmando que não vai ceder as áreas ao IBAMA para criação da Reserva, apesar do compromisso assumido, quando por ocasião de nossa estada em Brasília, pelo próprio Presidente do INCRA, perante o Presidente do IBAMA e o Coordenador do CNPT, de que iria repassar toda área que fosse necessária, dentro do perímetro estabelecido para a Reserva.

7. Hoje, quando já estamos quase na reta final, outros problemas começam a surgir. O INCRA havia informado, durante o Processo, que quase toda área definida para criação da Reserva Extrativista era terra da União, arrecadada ou desapropriada. Agora, além da parte que o INCRA insiste em nos tomar, pessoas se apresentam se dizendo donos das terras onde moramos há muitos anos. Soubemos que foi solicitado que se fizesse a identificação de todas as terras “ditas privadas”, dentro da área proposta para a nossa Reserva, isto porque, por

determinação do Senhor Presidente da República, somente se criassem Unidades de Conservação em terras públicas. Ora, sabemos que antes que estas pessoas se tornassem “donos”, todas as terras eram públicas, sendo questionado a forma como as terras públicas foram passadas às mãos destas pessoas que nunca as ocuparam de fato. Caso assim é o Seringal Santa Helena, entre outros, no rio Caeté, onde nunca vimos nenhum de seus “donos” na área e agora eles se intitulam “proprietários” de 450.000 hectares. Afirmamos que estes “proprietários” nunca pisaram aquelas terras e nunca nela nada produziram e temos quase certeza que eles nunca pagaram os impostos devidos pela propriedade, fato este que solicitamos que seja confirmado.

8. Diante disto, Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhor Governador, Senhores Parlamentares e demais autoridades competentes, solicitamos encarecidamente que tenham a máxima consideração possível com a nossa causa e destine aquela terra à quem realmente é de direito e, independente de a área ser pública ou privada, que se crie com a maior brevidade possível a nossa “Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema”. Isto nada mais é do que fazer justiça com este grupo de seringueiros, heróis nacionais, que viveram e vivem até hoje para o engrandecimento, preservação e reconhecimento da importância de nossas florestas e de nosso País.

Certos de vosso pronto atendimento, manifestamos nossa eterna gratidão.

Em nome da Comunidade;

Cordiais saudações,

ALDECI CERQUEIRA MAIA

Presidente